INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS MUZAMBINHO
Bacharelado em Educação Física

MALOÁ DE FÁTIMA FRANCISCO

EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA EM CONTEXTOS NÃO FORMAIS: EXPECTATIVAS E REALIDADE

MUZAMBINHO
2011

MALOÁ DE FÁTIMA FRANCISCO

EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA EM CONTEXTOS NÃO FORMAIS: EXPECTATIVAS E REALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Educação Física do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Muzambinho, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Orientador: Prof.Mateus Camargo Pereira
Co – orientador: Prof. Dr. Rubens Venditti Júnior

MUZAMBINHO
2011

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

_____

_____

Muzambinho, ____ de _____de 20____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as Pessoas com Deficiência que enfrentam tantas barreiras na sociedade para viver humanamente igual as demais pessoas que compõem a humanidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais uma etapa vencida, a minha mãe que sempre me incentivou nos estudos, a todos os amigos que participaram direta e indiretamente deste trabalho e aos meus orientadores pela paciência e orientação certa que fez com que este trabalho fosse concluído.

“Epígrafe”

Não acredite em algo simplesmente porque ouviu. Não acredite em algo simplesmente porque todos falam a respeito. Não acredite em algo simplesmente porque esta escrito em seus livros religiosos. Não acredite em algo só porque seus professores e mestres dizem que é verdade. Não acredite em tradições só porque foram passadas de geração em geração. Mas depois de muita análise e observação, se você vê que algo concorda com a razão, e que conduz ao bem e beneficio de todos, aceite-o e viva-o.

Buda

RESUMO

Este estudo teve por objetivo através dos profissionais de Educação Física, gestores públicos, familiares de pessoas com deficiência dependentes e pelas pessoas com deficiência independentes, residentes em Muzambinho – MG, comparar através de relatos a realidade e as expectativas da Educação Física Adaptada em contextos não formais. Os participantes foram selecionados através de critérios relacionados aos sujeitos, totalizando 25 indivíduos. Os dados foram coletados através de entrevista com gravação em áudio e transcrição na íntegra. Foi verificado que a realidade da Educação Física Adaptada não corresponde as expectativas apresentadas pelos entrevistados, principalmente no que tange a inclusão das pessoas com deficiência nos contextos não formais.

Palavras chaves: Educação Física; deficiência; inclusão.

ABSTRACT

This study aimed through the Physical Education professionals, public administrators, family members of addicts and people with disabilities by people with disabilities independent living in Muzaffarpur - MG, via reports comparing the reality and expectations of Adapted Physical Education in non-formal. Participants were selected using criteria related to the subjects, totaling 25 individuals. Data were collected through interviews with audio recording and transcript in full. It was found that the reality of Adapted Physical Education does not match the expectations presented by the interviewees, especially regarding the inclusion of disabled people in non-formal contexts.

Keywords: Physical Education; disabilities, inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – Aspirações e metas de um programa de educação física e esportes adaptados 23

Ilustração 02 – Apresentação em slide: Educação pelo movimento, sobre a EFA para DM–Deficiente mental/ DV – Deficiente visual/ DA – Deficiente auditivo/ DF – Deficiente Físico em contextos formais e não formais 26

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Demonstrativo do número de participantes 45

Quadro 02 – Expectativa e realidade de profissionais de Educação Física atuantes em contextos não formais 47

Quadro 03 – Expectativa e realidade de familiares de PcD 49

Quadro 04 – Expectativa e realidade de PcD 52

Quadro 05 – Expectativa e realidade de gestores públicos 54

SUMÁRIO

RESUMO..... 7

ABSTRACT..... 8

LISTA DE ILUSTRAÇÕES..... 9

LISTA DE QUADROS 10

1. INTRODUÇÃO 13

1.2 JUSTIFICATIVA 15

1.3 OBJETIVOS.....16

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTÓRICO E DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA(EFA).....18

2.2 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM EFA 19

2.3 A EFA NO CURRÍCULO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES).....20

2.4 EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: INCLUSÃO E EXCLUSÃO 21

2.5 A IMPORTÂNCIA DA EFA 23

2.6 A EFA NO ENSINO FORMAL E NÃO FORMAL 25

2.7 O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO À EFA 27

2.8 O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO INCLUSIVO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EFA 29

2.9 POLÍTICAS PÚBLICAS 31

2.10 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A EFA 35

3. METODOLOGIA

3.1 CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO 38

3.2 OBJETIVOS DO ESTUDO 39

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA 39

3.4 INSTRUMENTO UTILIZADO 41

3.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO E PROCEDIMENTO PARA COLETA 41

3.6 COLETA DE DADOS 42

3.7 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS 42

4. RESULTADOS
4.1 CATEGORIA 1: PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ATUANTES EM CONTEXTOS NÃO FORMAIS 46
4.2 CATEGORIA 2: FAMILIARES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DEPENDENTES 49
4.3 CATEGORIA 3: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INDEPENDENTES 51
4.4 CATEGORIA 4: REPRESENTANTES DA GESTÃO PÚBLICA 53
5. CONCLUSÃO 57
6. REFERÊNCIAS 60
7. ANEXOS
7.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 69
7.2 QUESTIONÁRIO PARA OS FAMILIARES 70
7.3 QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS DE EF 71
7.4 QUESTIONÁRIO PARA A GESTÃO PÚBLICA 72
7.5 QUESTIONÁRIO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 73

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Física Adaptada (EFA) começou a ser pronunciada só em 1986. No entanto a EFA ainda é uma área que está amadurecendo em conhecimento no meio acadêmico e muito mais na sociedade, por isso acreditamos na importância de trabalhos que se pronunciam acerca deste tema. Embora nova em conhecimento possui definições precisas quanto aos seus objetivos.

> [....] a EFA é uma área do conhecimento em educação física e esportes que tem por objetivo privilegiar uma população caracterizada como portadora de deficiência ou de necessidades especiais, e desenvolve – se através de atividades psicomotoras, esporte pedagógico, recreação e lazer, técnicas de orientação e locomoção (ROSADAS apud Borges 2006).

É importante especificar que para esta dissertação a nomenclatura oficial utilizada ao longo de toda a pesquisa para definir a população alvo da EFA será Pessoa com Deficiência (PcD), usada em âmbito mundial, estabelecida pela Portaria da Presidência da República - Secretaria de Direitos Humanos, Nº 2.344, de 3 de novembro de 2010. Vale ressaltar que dentro deste grupo de PcD não se enquadram os idosos, obesos, superdotados, hipertensos, diabéticos, entre outros, mas somente pessoas com deficiência física, auditiva, visual e intelectual, porque as pessoas que possuem estas características mencionadas anteriormente são nomeadas Pessoas com Necessidades Especiais (PNE). Esta diferenciação hoje é uma vitória devido às várias definições já obtidas no decorrer da história.

Nesta trajetória histórica a pessoa com deficiência foi rejeitada e inferiorizada na sociedade e as consequências ainda hoje atingem sua auto - estima como também a acessibilidade aos espaços de lazer, esporte e cultura. O que, segundo Meurer e Castro (2008), torna bastante reduzida a proporção de PcD praticantes de EFA nos espaços não formais da Educação Física (EF) que são academias, clubes, espaços de lazer, etc. No entanto, é de suma importância averiguar: 1) se estas pessoas estão realmente inseridas na EFA em contextos não formais; 2) qual a realidade que as acompanham; 3) quais são suas expectativas neste contexto, não deixando também de identificar fatores intervenientes nesta realidade e na busca destas expectativas.

O que se pode afirmar é que existem diversos fatores que exercem influência significativa neste processo: a atuação do profissional de educação física em contextos não formais, os familiares das pessoas com deficiência dependentes, e os formuladores e gestores de políticas públicas. E mediante estas influencias na adesão de PcD a programas de EFA em contextos não formais se torna necessário o aumento no número de estudos nesta área para

que ocorram mudanças no modo de intervenção destes fatores na realidade da EFA em contextos não formais.

Se realizarmos um recorte da EFA em contextos não formais para a PcD veríamos que a realidade destes nesta área é desfrutada por poucos. Segundo Maciel (2000), talvez o principal motivo - apesar de muito debatido - seja a falta de inclusão destas pessoas nestes locais. Porém não só o meio precisa ser adaptado, mas o modo como as pessoas enxergam a PcD; faz-se necessário um olhar que não veja a sua limitação, mas a sua potencialidade. Somente através do envolvimento de todos os fatores que fazem parte da realidade da EFA em contextos não formais é que se conseguirão alcançar as expectativas. Esse é o desafio que se coloca para entendimento neste estudo: compreender e comparar a realidade de pessoas diferentes com expectativas diferentes, porém com um mesmo intuito, e levar ao conhecimento da sociedade que há uma problemática que necessita de mais estudos para fundamentar novas propostas que atendam as expectativas e mudem a realidade das PcD.

Deste modo, este estudo esta organizado em cinco partes. A primeira é a introdução, na qual consta a justificativa do estudo, objetivo geral e específico. A segunda parte é uma revisão da literatura sobre o assunto e está subdividida em: 1) Histórico e definição da EFA; 2) Produções de conhecimento em EFA; 3) A EFA no currículo das Instituições de Ensino Superior (IES); 4) Inclusão e exclusão na EFA; 5) A importância da EFA; 6) A EFA no ensino formal e não formal; 7) O profissional de EF em relação aa EFA; 8) O papel da família no processo inclusivo da PcD na EFA; 9) Políticas Públicas, PcD e a EFA. Em um terceiro momento explicamos a metodologia utilizada. Na quarta parte apresentamos os resultados e a discussão. Na quinta e última parte, tecemos as considerações finais.

Assim esperamos que este estudo, dentro das suas limitações e através de seus resultados qualitativos, possa demonstrar a realidade e as expectativas da EFA em contextos não formais, segundo os profissionais de EF atuantes em contextos não formais, familiares das PcD, administração pública e PcD. Intencionamos contribuir para que mais estudos sejam desenvolvidos nesta área, visto que as PcD possuem expectativas que a EFA em contextos não formais seja realidade em sua vida.

1.2 JUSTIFICATIVA

Este tema de estudo foi escolhido devido ao interesse pessoal em conhecer a realidade e as expectativas das PcD em relação á EFA, bem como a visão da família, dos profissionais de educação física e dos gestores de políticas públicas em relação a este assunto, para possíveis intervenções futuras.

Ao ter contato com PcD notamos que há diferentes públicos e estas diferenças nos fazem entender que cada um tem uma necessidade que deve ser atendida. E nesta tentativa de querer entender o cotidiano destas pessoas em relação á EFA, percebemos a influência da família, dos profissionais atuantes nesta área e do poder público. Houve maior interesse ao ver os dados fornecidos por Soler (2005), nos quais apenas dez por cento (10%) da população com deficiência no Brasil praticam algum tipo de atividade física adaptada. Entre os motivos levantados esta a falta de informações sobre a atividade física ou por desconhecerem a existência dos esportes. Dez por cento (10%) é um percentual irrisório se comparados ao contingente populacional do Brasil. Outro fato motivacional para estudo deste tema está na baixa demanda de estudos voltados para a área de EFA em contextos não formais.

Em contextos formais já é mencionado nos conteúdos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Lei das Diretrizes e Bases (LDB). No entanto, em contextos não formais pouco se fala. Mas, segundo Brasil apud Cotta (2007), as PcD podem desenvolver inúmeras potencialidades independentes das limitações, e não as desenvolvem por falta de experiências e estímulos a prática de alguma atividade física, porque a EFA não faz parte da realidade da vida destas pessoas.Mediante estes dados extremamente significantes não há como permanecer indiferente quanto a está realidade apontada pela literatura, sabendo que estes mesmos fatos podem acontecer na realidade em que vivemos, neste meio que nos cerca.

1.3 OBJETIVOS

Objetivo Geral

O presente estudo tem a finalidade de comparar através do relato dos profissionais de Educação Física, gestores públicos, familiares de Pessoas com Deficiência dependentes e pelas Pessoas com Deficiência independentes, residentes em Muzambinho – MG, a realidade e as expectativas da EFA em contextos não formais.

Objetivos Específicos

O presente estudo também tem por finalidade:

a) Descrever a realidade apresentada pelos profissionais de EF atuantes em contextos não formais, pelos gestores públicos, pelos familiares de PcD dependentes e pelas PcD independentes em relação à EFA em contextos não formais.

b) Descrever as expectativas apresentada pelos profissionais de EF atuantes em contextos não formais, pelos gestores públicos, pelos familiares de PcD dependentes e pelas PcD independentes em relação à EFA em contextos não formais.

2. **REVISÃO DE LITERATURA**

2.1 Histórico e definição de Educação Física Adaptada

Segundo Gorgatti & Costa (2008) a EFA surgiu através da elaboração de programas denominados ginástica médica, na China, há cerca de 3 mil anos antes de Cristo. Após este data, novamente se ouviu falar em Educação Física Adaptada, segundo Carniel e Strapasson (2007), no final da Segunda Guerra Mundial, onde as atividades físicas foram utilizadas para reabilitar jovens lesionados nas batalhas, sendo introduzidas por médicos como recuperação das incapacidades e integração social.

Como na época a visão da atividade física para PcD então denominadas como deficientes, era mais clínica, a EFA obteve vários nomes como Educação Física Corretiva, Preventiva, Ortopédica, Reabilitativa e Terapêutica. Seaman e DePauw apud Gorgatti & Costa (2008), relatam que estes nomes só mudaram quando a atividade física para PcD passou a transmitir uma visão mais educativa e pedagógica, onde então recebeu nomes como Educação Física Desenvolvimentista, Educação Física Especial e então Educação Física Adaptada vigorando até os dias atuais.

Segundo dados do Confef (Conselho Federal de Educação Física), um dos momentos de grande destaque da EFA foi quando o Instituto Nacional de Saúde Mental reconheceu a importância da atividade física para o bem estar de deficientes mentais, visuais, auditivos, físicos, múltiplos, entre outros, através de um programa de recreação realizado na Pensilvânia, EUA, em 1960. A partir deste momento passou então a se pensar o que deveria ser trabalhado na Educação Física (EF) com estas pessoas com deficiência. Mas este é um assunto que abordaremos em outro capítulo deste trabalho.

Após todas estas alterações de nome, a hoje definida como Educação Física Adaptada (EFA), necessitava de uma conceituação específica de seu significado, e está definição foi feita em 1952, pela American Association for Health, Physical Education and Recreation (Associação Americana de Saúde, Educação Física e Recreação) que constituiu um comitê para definir a subdisciplina e ditar orientações e diretrizes para o profissional. Esse comitê definiu a Educação Física Adaptada como:

> [....] um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos, esportes e ritmos, adaptado aos interesses, às capacidades e limitações dos alunos portadores de deficiência que não podem participar com sucesso e segurança das rigorosas atividades do programa geral de Educação Física (COMMITTEE ON ADAPTED PHYSICAL EDUCATION, 1952 APUD WINNICK, 2004, P. 10).

Rosadas apud Borges (2006) define a EFA como:

> [....] uma área do conhecimento em educação física e esportes que tem por objetivo privilegiar uma população caracterizada como portadora de deficiência ou de necessidades especiais, e desenvolve – se através de atividades psicomotoras, esporte pedagógico, recreação e lazer, técnicas de orientação e locomoção.

No Brasil, a EFA começou a ser pronunciada um pouco mais tarde, só em 1986 com o I Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada, na Universidade de São Paulo (USP). Desde então vários eventos e grupos de estudo vem sendo realizados e criados para expansão desta área. Apesar de já estar a muitos anos sendo discutido qual nome teria qual a definição exata, a EFA ainda é uma área que está amadurecendo em conhecimento no meio acadêmico e muito mais na sociedade, por isso acreditamos na importância de trabalhos que se pronunciam acerca deste tema.

2.2 Produção de conhecimento em Educação Física Adaptada.

Durante muitos anos a EFA foi uma área que poucos profissionais se interessavam em pesquisar e conhecer mais detalhadamente sobre o assunto. Como paralelo demonstrativo Falkenbach et. AL (2010) realizou um estudo sobre a produção de conhecimento em Educação Física e Inclusão, Educação Física e Necessidades Especiais no banco de teses e dissertações da CAPES. Neste estudo foram obtidas 37 dissertações de mestrado, 6 teses de doutorado em um tempo estipulado de 10 anos, a ser de 1995 a 2005, não sendo relatado onde são desenvolvidas estas pesquisas. Um fato interessante para o qual o autor atenta é a aproximação das pesquisas sobre Educação Física e inclusão ou necessidades especiais, com a área de ciências humanas, devido à maior parte dos trabalhos estarem voltados para a formação e competência do profissional atuante nesta área, o que se torna de grande valia principalmente por ser uma área nova e poucas pessoas entenderem sobre EFA.

Este breve relato nos permite considerar as temáticas Educação Física e Necessidades Especiais e Educação Física e Inclusão como algo recente que demanda um aumento de produções científicas para a difusão de conhecimento nesta área. Seja mais direcionado para a área de humanas ou biológicas, o que convém é a transmissão deste conhecimento para criação de maior abertura de campos de trabalho e despertar de pesquisadores em EFA para amadurecimento da mesma como área de conhecimento acadêmico.

2.3 A Educação Física Adaptada no currículo das Instituições de Ensino Superior (IES)

A EFA passou a ser disciplina integrante dos cursos de Educação Física a partir da resolução nº 03/87 do Conselho Federal de Educação, segundo Palla e Castro (2004). Porém vinte e três anos depois, a EFA ainda amadurece como área de conhecimento e intervenção acadêmica. Segundo Gorgatti & Costa (2008), o desafio não está somente em inserir a EFA nos currículos das IES, mas na discussão e reflexão sobre o que realmente importa ser discutido em EFA enquanto disciplina integrante do currículo escolar.

Esta preocupação é viável para que evite problemas futuros para os profissionais da área de Educação Física que interessam em trabalhar com Educação Física Adaptada. Se desde 87 estivesse ocorrendo este processo, hoje a inclusão não seria novidade na sociedade. Agora a realidade nos permite encarar profissionais que não estão muitas das vezes preparados para lidar com PcD que apresentam diferenças peculiares para a prática da atividade física. Acreditamos e estamos trabalhando para que a PcD tenha acesso à prática de atividade física. Para isso é necessária que a mudança comece onde estão sendo formados os profissionais que atuarão nesta área, ou seja, nas universidades.

Segundo Freire (2002) é nas universidades, através da inclusão da EFA como disciplina, que se dará o primeiro passo para a inclusão destas pessoas com deficiência na sociedade. Como será a inclusão destas pessoas na sociedade, seu acesso à prática corporal, se onde estão sendo formados os profissionais não há preparação suficiente para lidar com eles? Dados obtidos nos resultados deste trabalho relatam que muitos profissionais de hoje, não possuíram está disciplina em seus currículos e que trabalham com os PcD na base do teste diário ou igual ao trabalho com as pessoas ditas “normais”. Fato este preocupante e que deve ser transmitido as universidades para reflexão da EFA no currículo, em relação a carga horária, conteúdo programático e interdisciplinaridade, que fazem diferença na formação profissional.

2.4 Educação Física Adaptada: Inclusão e Exclusão

Antes de discutir inclusão e exclusão, é necessário saber que o termo inclusão teve sua origem na palavra inglesa full inclusion, a inclusão é:

> [...] o respeito ao outro, considerando sua origem social, seus hábitos, suas opções, suas características, enquanto ser humano diferente, e o diálogo, que deve permear qualquer tipo de relação humana (LIMA e DUARTE apud FERNANDES e VENDITTI JR, 2008, p.123)

A inclusão tem por objetivo criar atitudes que propiciem um ambiente de acolhimento e apoio, respeitando a individualidade de cada indivíduo.

> [...] a inclusão é um processo que exige transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade que não só aceite e valorize as diferenças individuais, mas que aprenda a conviver com a diversidade humana, por meio da compreensão e da cooperação (CIDADE E FREITAS apud CIDADE e FREITAS, 2002)

A inclusão busca oportunizar à PcD os mesmos direitos que os "normais" em relação à alimentação, educação, saúde, trabalho, lazer, prática de atividade física, etc.

> [...] a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para nós professores o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação. (MANTOAN, 2008)

Ao contrário da inclusão, a exclusão é um fato que existiu e, infelizmente, hoje em dia ainda existe devido à falta de informação e preparo para incluir de forma integral as PcD. Quando negamos direitos a estas pessoas em relação à alimentação, educação, saúde, trabalho, lazer, prática de atividade física, entre outros, estamos inibindo, ou impedindo a sua melhor qualidade de vida. Ressaltando que esta exclusão não vêm somente da sociedade, mais muitas delas surgem no seio da própria estrutura familiar, por pais que tem receio de sair com seus filhos, não tem tempo, não tem estrutura financeira, entre outras limitações.

Segundo Palma e Meurer (2007), muitos ainda entendem que o espaço para PcD é apenas a escola especial, mas assim como a política de inclusão escolar, estes também têm direito de usufruírem todos os espaços da sociedade e, principalmente, dentro dos espaços da Educação Física, por ela ser compreendida como uma possibilidade em prol da qualidade de vida. Como exemplo disto, temos a falta de lugares adaptados para sua diversão, estudo, trabalho, e até mesmo locomoção. O que não deveria acontecer porque existem políticas

públicas a favor da acessibilidade das pessoas com deficiência a estes lugares. As academias, parques e tantos outros lugares deveriam ser adaptados a estas pessoas. Aos poucos têm ocorrido mudanças, mais ainda se faz necessária muita coisa para que estes estejam realmente inclusos onde quer que seja. Em entidades particulares não muda muita coisa. São poucos os esforços e investimentos realizados para a inclusão desta população. Muitos não compreendem a importância desta ação para a PcD, para o seu crescimento em conjunto com a sociedade. Já outros nem querem compreender, acreditam que os investimentos são altos e o retorno não compensatório.

> [...] a inclusão é uma atitude, uma convicção. Não é uma ação ou um conjunto delas. É um modo de vida, um modo de viver juntos, fundado na convicção que cada indivíduo é estimado e pertence a um grupo. "Inclusão é uma consciência da comunidade, uma aceitação das diferenças e uma co-responsabilização para obviar às necessidades dos outros". (STAINBACK E STAINBACK apud Silva, 2008).

Em relação á educação física, pouco se fala na questão da inclusão. Os parâmetros curriculares nacionais (PCNS) dizem que a aula de educação física deve favorecer aos alunos com deficiência a interação sem preconceitos, possibilitando atitudes construtivistas de solidariedade, respeito por si e pelos outros. O professor não deve mais dispensar estes alunos das aulas, mas adaptar as aulas a eles, em prol de suas necessidades motoras, sociais e afetivas. Freire apud Barroso (2008) diz que é da escola a maior parcela de intervenção no mundo. É através dela que as pessoas adquirem e modificam hábitos, por isso é necessária a inclusão na escola. Mas as escolas não estão preparadas para realizar a inclusão, seja ela física ou social conforme exposto abaixo.

> [...] uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno; independente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (STAINBACK apud MARQUES, SILVA e SILVA, 2008)

Porém sabemos que a inclusão não é somente na escola, mas em contextos não formais, principalmente em relação à educação física. A não inclusão destas pessoas nestes contextos, segundo Maciel (2000), torna-se um gerador de barreiras entre a pessoa com deficiência e sua participação efetiva na sociedade. Percebe-se que a grande maioria das pessoas com deficiência não freqüentam clubes, academias, aulas de educação física e espaços de lazer e pode-se afirmar que não é por incapacidade destas. Esta exclusão em relação à atividade física acaba enfraquecendo a saúde e a qualidade de vida, gerando um estilo de vida inativo. Porém a mudança deve partir de grupos organizados para a transformação.

> [....] participar de um processo inclusivo é estar predisposto a considerar e a respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de idéias, sentimentos e ações (PEDRINELLI, 2002).

Podemos concluir propondo a efetivação do processo de inclusão no campo da educação física através de investigação e divulgação de estudos científicos aplicados à prática aliados à realidade da PcD.

2.5 A importância da Educação Física Adaptada

A prática de atividade física traz inúmeros benefícios para a população dita "normal" e assim também se repete na população com deficiência. Mas antes de saber seus benefícios é necessário reconhecer seus objetivos. Os objetivos da EFA são trabalhados juntamente com os pais, alunos, professores, administradores e profissionais de diversas áreas. Tem seus propósitos, programas, metas e conteúdos definidos. Conforme a ilustração 1 abaixo.

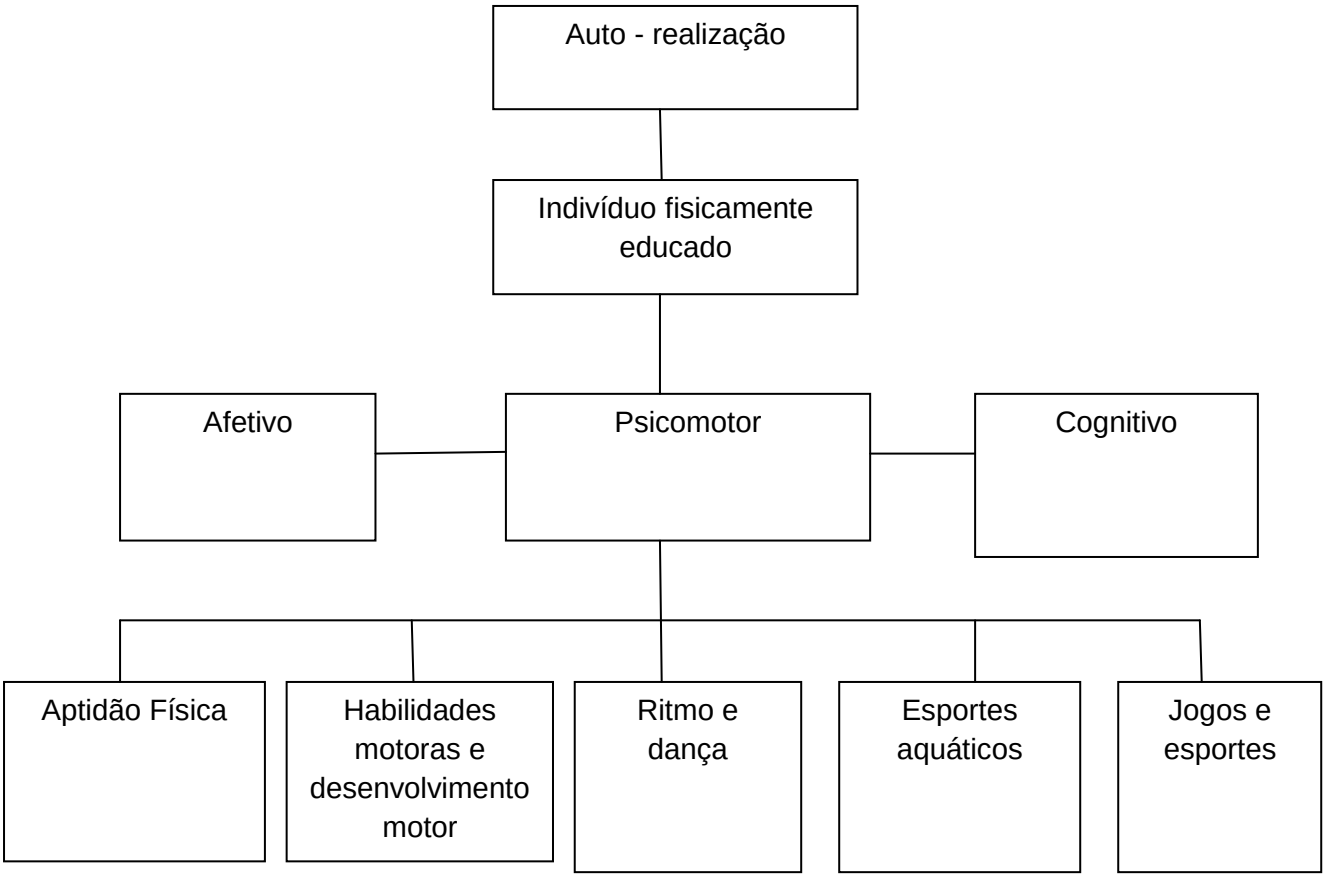

Ilustração 1: Aspirações e metas de um programa de educação física e esportes adaptados (WINNICK, 2004, p.7)

Entendendo este esquema, a EFA através das vertentes a serem desenvolvidas em seu planejamento, tem por objetivo alcançar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor do aluno, levando este a ser fisicamente mais capaz, realizado, importante, vencedor. Sendo que todo o programa montado deve estar baseado na necessidade individual de cada aluno, atendendo a seus objetivos de maneira específica.

Segundo Rodrigues apud Silva (2010), a atividade física adaptada proporciona alegria e prazer aos seus participantes, fazendo com que estes consigam vencer as suas próprias necessidades. Rosadas (1991) ressalta que a PcD também possuem necessidades afetivas, sociais, físicas e intelectivas. E que conforme atendidas estas necessidades, serão desenvolvidos, despertados e transformados seu potencial.

Nesta linha Tavares (2010) relata que a EFA deve levar em conta as condições físicas e psicológicas de cada indivíduo. Da infância até aproximadamente a adolescência, é a fase de maior influência para a prática da EFA por estar ocorrendo o desenvolvimento motor e maturacional do indivíduo. Tem a sua importância na ampliação do repertório motor e das capacidades físicas, ampliando seus níveis de coordenação motora, lateralidade, equilíbrio entre outras variáveis importantes para o seu desenvolvimento. Já na fase adulta, interfere para a aquisição positiva da imagem corporal, maior aceitação de si, amplitude social, resgate da auto-estima, equilíbrio emocional, entre outros. Mas para que todos estes fatores importantes sejam atingidos é necessário que dentro da educação física para PcD haja um acompanhamento de como está sendo a reação física e psicológica diante de novos estímulos, visto que antes não ocorria esta prática. Esta é uma forma para obtenção de resultados mais eficazes e não desestimulantes.

Segundo Cotta (2007) não há como esquecer a grande importância da EFA para a socialização do indivíduo com outras pessoas, de forma que a própria PcD perceba que ela não é diferente, que ela tem seus valores e sua maneira de ser, que consegue atingir as pessoas de maneira positiva. Frente a estes benefícios apresentados, fica claro que a educação física adaptada é importante para a PcD na sua totalidade, que jamais será trabalhado apenas o lado necessitado da pessoa, mas o seu todo, para que ela possa chegar à harmonização do ser.

2.6 A Educação Física Adaptada no ensino formal e não formal

A EFA tem sido bastante difundida no meio formal, devido aos projetos com enfoque da inclusão de PcD no ensino regular. No entanto, segundo Gorla (2006) as escolas e os docentes não estão preparados para receber esta população especial. Isto não se resume somente à Educação Física, mas a todas as disciplinas da escola.

A Educação Física é vista muitas vezes como uma disciplina de pouco valor na escola e segundo Oliveira (2002), os alunos com alguma deficiência tendem a ser dispensado das aulas, porque a escola não acredita no aluno e no profissional da área e quer evitar expôr este aluno a situações embaraçosas. O que já não acontece no ensino não formal, porque ali a PcD procura a prática corporal porque quer fazer são pessoas muitas vezes já formadas, com seus empregos, famílias. Por acaso, estas não devem ter acesso á educação física adaptada? Com certeza, sim, por isso a EFA no ensino não formal também deve ser foco de acessibilidade e inclusão destas pessoas.

Meurer e Castro (2008) identificaram em seu estudo, que a proporção de pessoas com deficiência nas academias é bastante reduzida, o que também foi identificado por Palma e Meurer (2007). Estes estudos atribuíram esta baixa demanda à trajetória histórica da pessoa com deficiência por ter sido rejeitada e inferiorizada na sociedade atingindo ainda hoje sua auto – estima. Contribui também para esta população reduzida a falta de acessibilidade aos espaços de lazer, esportes, cultura e transportes, concordando com Gaio e Maciel citados por Meurer e Castro (2008). Loss (2010) também realizou um estudo, mas com deficientes mentais, sobre a prática de atividade física após estes saírem do espaço escolar e obteve como resultado que nenhum de seu grupo com dez pessoas praticavam atividade física tornando – se sedentários e menos sociáveis.

Vides (2009) atribui essa carência ao fato de algumas instituições ainda não terem despertado para a importância de ações de inclusão para esta população acreditando que os investimentos para atender a esse público específico são imensamente maiores do que os ganhos.

Para mudar está realidade é necessário o reconhecimento das áreas de atuação da Educação Física no ensino formal e não formal para que se entenda que muitas das estruturas necessárias para o atendimento a está população já estão montadas. Com isso os programas de acessibilidade na Educação Física para as pessoas com deficiência posdem ser melhor elaborados, conforme ilustração 2 abaixo.

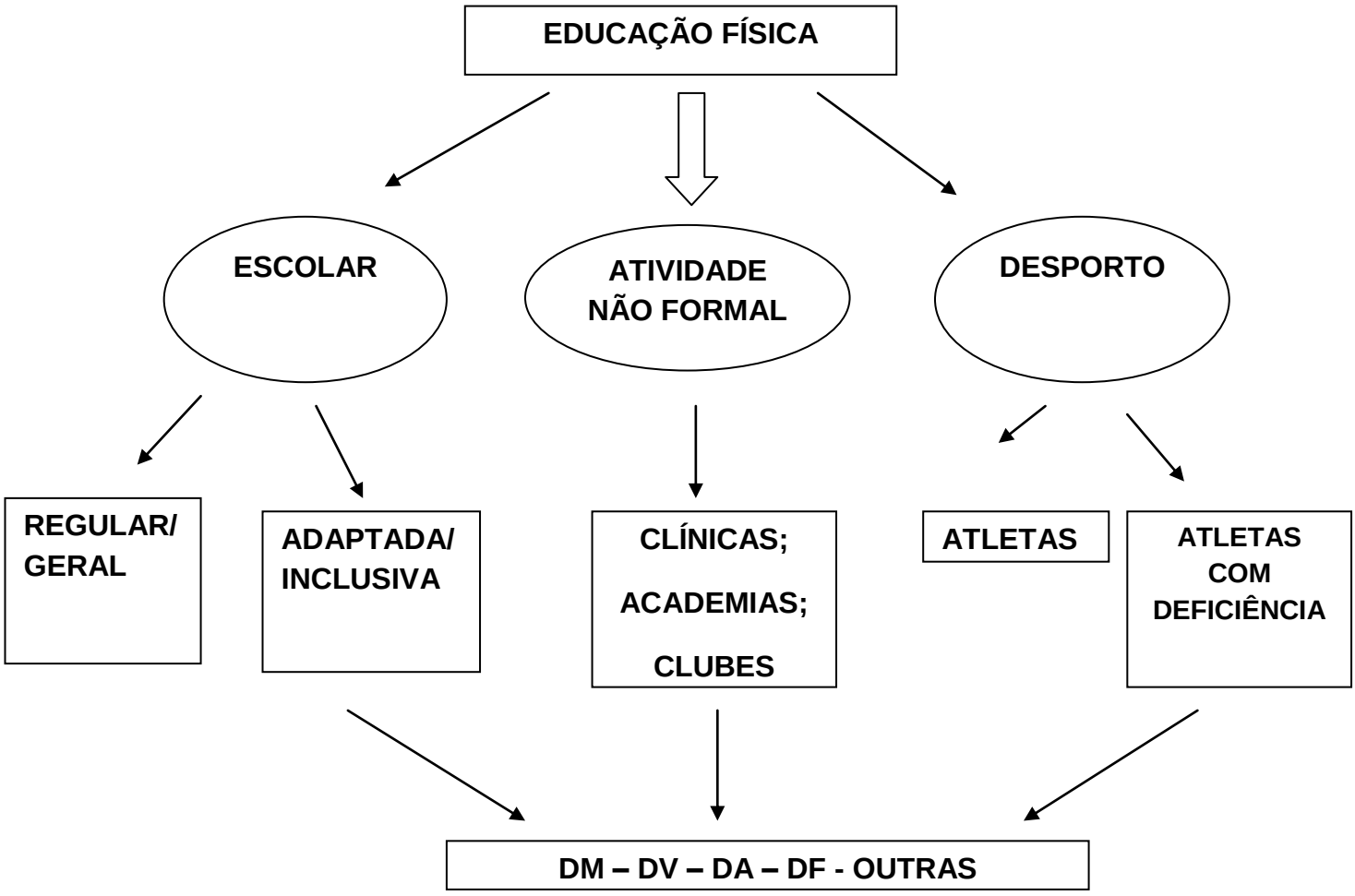

Ilustração 2: Apresentação em slide: Educação pelo movimento, sobre a EFA para DM–Deficiente mental/ DV – Deficiente visual/ DA – Deficiente auditivo/ DF – Deficiente Físico em contextos formais e não formais. Gorla, 2006

Por estas vertentes a Educação Física se mostra como uma valiosa chave para a inclusão da PcD na sociedade. Para isto recomenda – se mais estudos voltados para está área de maneira que haja maior esclarecimento e reconhecimento da EFA, seja no ensino formal ou não formal.

2.7 O profissional de Educação Física em relação à Educação Física Adaptada

Quando citamos o profissional de Educação Física devemos primeiramente pensar na sua formação. Na EFA a preparação deste profissional é algo ainda recente em muitas instituições. A abordagem sobre a atuação e competência do profissional da EFA é mais citada, segundo Falkenbach (2010), nas teses e dissertações de mestrado e doutorado desenvolvidas entre os anos de 1995 a 2005. Segundo Freire (2002), a preparação profissional é tarefa do curso de graduação que durante essa preparação deve proporcionar ao graduando participação ativa e rotineira na área. Com uma boa preparação na graduação os futuros profissionais terão as dificuldades em menor escala se comparados aos muitos profissionais da atualidade que não tiveram a matéria de educação física adaptada durante a sua graduação. Talvez o baixo índice de pessoas com deficiência no ensino não formal seja ocasionado pela falta de política de divulgação dos benefícios de um trabalho específico trazem as PcD. No caso do profissional, a hipótese que levanto está no pouco contato com esta população durante a graduação.

Esta falta de contato faz com que haja a criação de inúmeras barreiras ocasionando a falta de profissionais capacitados para está área.

> [...] A maior parte dos professores não tem conhecimento técnico e cientifico de como trabalhar com portadores de necessidades especiais, não possuem conhecimento dos benefícios proporcionados para os deficientes inclusos na pratica desportiva. (SOLER, 2005)

É necessário que haja uma mudança nesta visão dos profissionais em relação á EFA na atualidade, mas esta mudança advém de inúmeros fatores que devem ser constituídos para uma boa atuação profissional.

> [...] treinamento em caráter emergencial para os profissionais em atividade na área; especialização de recursos humanos, e negociação imediata com instituições de ensino superior para que incluíssem, nos cursos de Educação Física, uma disciplina de fundamentos Básicos de Educação Especial, nos cursos de graduação, são fatores emergenciais para atuação profissional. (GONÇALVES, 2002)

Um profissional treinado e capacitado, segundo Reid (1999), é capaz de desempenhar atividades que englobam o indivíduo em uma perspectiva biológica, comportamental, humanitária e social. O professor de Educação Física, segundo Oliveira (2002), seja na escola ou fora dela, deve proporcionar à PcD a oportunidade de praticar atividade física e não exclui – lo. É função do profissional, trabalhar para que muitas PcD percam o medo devido às suas limitações, reduzindo os motivos pelos quais eles não praticam nenhum tipo de atividade

física. Quanto a isso Soler (2005) aponta que o papel do professor de Educação Física na Educação Especial, como em qualquer outra modalidade de ensino, é o de criar desequilíbrios, de maneira que a criança ou adolescente tenda a assimilar o conhecimento, utilizando os recursos motores e mentais que possui. Algumas questões devem ser dirigidas a nós, profissionais: como temos nos preparado para trabalhar com atividade física adaptada? Não basta meu local de trabalho ser bom e adaptado para que eu me torne e seja um bom profissional inclusivo. Mas também uma maior divulgação e valorização do trabalho do educador físico em torno da pessoa com deficiência.

Palla e Castro (2004), conclui muito bem sobre a atuação do profissional de educação física na educação física adaptada dizendo que os profissionais se demonstram motivados em ensinar pessoas com deficiência; o que os impede muitas vezes é a falta de qualificação profissional, de oportunidade de emprego e boas condições de trabalho. A falta de qualificação foi atribuída à falta de cursos de capacitação em EFA, a baixa carga horária da disciplina nas universidades, a não obrigatoriedade de estágio, a não criação de núcleos de extensão nas universidades para maior contato com esta área e a falta de parcerias entre os setores públicos e privados para a aquisição de verbas. Em outro estudo de Ledebeff et. al (2008) foi relatado pelos professores como fatores dificultadores para o processo de inclusão e sua atuação profissional, a falta de uma preparação profissional específica e insegurança em adaptar as atividades conforme a deficiência. Estes dados nos levam a repensar sobre o profissional de EF em relação a sua atuação, sua especialização, seu conhecimento em EFA para realizar a inclusão das pessoas com deficiência seja no ensino formal ou não formal da educação física.

> [...] Ao profissional de Educação Física, cabe não somente a responsabilidade de buscar a qualidade profissional e o ajustamento dentro dos contextos em que se atua, mas também interagir com a família, a sociedade e a escola, mostrando-lhes a importância e a responsabilidade que cada um possui perante o processo de inclusão (LEBEDEFF, 2008).

Verifica – se, no entanto, que a profissionalização não é fator único a ser considerado entre o profissional de educação física e a EFA, mas também a interação do profissional com a sociedade, a família e os gestores de políticas públicas de inclusão. Isto nos faz concluir que embora seja importante a inserção da EFA como disciplina nos cursos de Educação Física, bem como cursos de especialização voltados à prática docente, não basta para que as PcD tenham acessibilidade a práticas corporais.

2.8 O papel da família no processo inclusivo da pessoa com deficiência na EFA

O primeiro e mais difícil papel da família diante da PcD é a aceitação, seja a origem de natureza desde criança ou já quando adulto. Ter uma pessoa com deficiência em casa muda toda a estrutura de uma família.

> [...] a família passa a se organizar em função dessa condição patológica encarnada pelo indivíduo com necessidades especiais. Ele se torna, por assim dizer "o cartão de visita da família", o rótulo que identifica todos os demais membros: pais de deficientes... Em termos psicodinâmicos pode-se dizer que ele é o depositário da doença familiar, pois sua problemática ofusca e absorve todos os demais conflitos. (GLAT E DUQUE APUD GLAT, 2004).

Tendo em vista o que foi dito por Glat e Duque apud Glat (2004), podemos complementar e destacar que muitas das PcD não estão inseridas na escola regular e nas academias, clubes, parques e outros locais, por barreiras impostas pela família, a fim de evitar a rejeição social, o ridículo e a perda de prestígio, como também para evitar que os familiares, os vizinhos, os amigos e a sociedade de maneira geral, obtenham atitudes super protetoras ou preconceituosas. Sendo assim, o desenvolvimento físico, psicológico e social da pessoa com deficiência acaba comprometido.

Maciel et al (2009), também relata ser extremamente necessário o papel da família como fonte de apoio e providencia de forma consciente para o desenvolvimento dos mesmos, de maneira a fortalecer a individualidade e independência aprendida com a família. Rimer apud Carvalho (2005) diz que sem o apoio dos familiares, dos amigos, das pessoas mais próximas que pode vir a ser até mesmo o profissional responsável pela atividade, a pessoa com deficiência não terá um envolvimento com a atividade física e conseqüentemente não mudará seu estilo de vida. Leão et al (2010) descreve isto como um fator de proteção da família que visualiza o filho deficiente como uma pessoa que não possui condições de participar de atividades cotidianas, privando-o de vivenciar situações diferenciadas como a prática diária de atividades físicas. Desta maneira a participação dos pais deixa de favorecer ao desenvolvimento integral das habilidades e capacidades de seus filhos. Isto nos remete, segundo Glat (2004), que a inclusão social de PcD será conforme a decisão da família em permitir a sua participação em diferentes ambientes e relações sociais. No caso da família da PcD que é independente, embora não achados referenciais bibliográficos para citação, leva-nos a refletir a sua importância em dar apoio, incentivo, fornecer oportunidades para que esta pessoa tenha distrações, lazer, pratique atividade física, sinta-se capaz e se auto aceite como é, em vista de que ela já tem uma vida normal apesar das limitações.

Zanella et. al (2009), em um estudo de revisão, cita que a família com PcD dependentes ou independentes deve se envolver no processo inclusivo mesmo em contextos formais ou não formais. Uma família que enfrenta as barreiras físicas e sociais unida, proporciona à PcD uma nova visão diante da família e da sociedade. Através deste envolvimento, os mesmos podem proporcionar à PcD estruturas melhores em ambientes residenciais ou outros locais, de maneira a estimular a prática de atividade física de forma até mesmo gratuita, visto que a dificuldade financeira é um problema comum às famílias com PcD. Mota e Sallis apud Carvalho (2005) já haviam observado a influência da condição socioeconômica da família, cujo direcionamento de recursos financeiros para as despesas de maior necessidade acaba limitando a pessoa a poder pagar por uma atividade ou pagar o transporte para realizá-la. Desta forma o processo inclusivo se torna mais distante, sendo necessária então a criação de políticas públicas que facilitem a inclusão destas pessoas em contextos formais ou não formais da EF, assunto que será abordado no próximo capítulo.

.

2.9 Políticas Públicas

As políticas públicas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e iniciativa privada. Existem várias definições, porém algumas mais simples e bem contextualizadas.

> [...]política pública é um conjunto de ações permanentes que asseguram e ampliam direitos civis, econômicos, sociais e coletivos de todos, que devem ser amparados em lei, de responsabilidade do Estado (financiamento e gestão) e com controle e participação da sociedade civil. (CÁRITAS APUD TEIXEIRA ,2010)

Segundo Teixeira (2010), as políticas públicas visam responder a demandas dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. São interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Existem vários tipos e ciclos de políticas públicas, porém não entraremos em detalhes sobre todas, iremos nos deter nas políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

Políticas Públicas e as Pessoas com deficiência

As PcD foram discriminadas no decorrer da história não tendo direito a participar como cidadão. Apenas na década de 80, após a proclamação do Ano Internacional das PcD, é que houve preocupação em proporcionar melhores condições de vida para as PcD. Surgiram então os primeiros atos: Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a Declaração de Salamanca (1994) e quase 10 anos depois, o CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência). Em 1992, a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência, da Coordenação para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), do Ministério da Ação Social, definiu que:

> [....] a normalização, a individualização, a simplificação e a interiorização constituem os princípios básicos para a concepção de políticas que visem integrar os portadores de deficiência. (CORDE, 1992)

A Declaração de Salamanca (1994) versa sobre a garantia à inclusão da pessoa com deficiência não apenas na escola regular, mas em classes regulares, além de uma vida digna em sociedade. O CONADE foi criado para que as pessoas com deficiência ou seus representantes possam definir, planejar e avaliar as políticas a elas destinadas por meio da

articulação e diálogo com as demais instâncias de controle social e os gestores de administração pública direta e indireta. Não poderia deixar de mencionar o Estatuto do portador de deficiência em seu capítulo V, principalmente porque se trata da inclusão fora do ensino escolar e traz ao nosso conhecimento um importante aparato legal para analisarmos o que deveria estar sendo feito, fiscalizar se está sendo feito e lutar para que seja feito.

> CAPÍTULO VII
>
> DO DIREITO À CULTURA, AO DESPORTO, AO TURISMO E AO LAZER
>
> Art. 76. Compete aos órgãos e às entidades do Poder Público responsáveis pela cultura, pelo desporto, pelo turismo e pelo lazer dispensar tratamento prioritário e adequado às pessoas com deficiência e adotar, dentre outras, as seguintes medidas:
>
> IV – o incentivo à prática desportiva formal e não-formal como direito de cada um;
>
> VII – o incentivo ao lazer como forma de promoção social da pessoa com deficiência.
>
> Parágrafo único. É obrigatória a adaptação das instalações culturais, desportivas, de turismo e de lazer, para permitir o acesso, a circulação e a permanência da pessoa com deficiência, de acordo com a legislação em vigor.
>
> Art. 78. Serão reservados e destinados aos programas voltados à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer da pessoa com deficiência, o montante financeiroequivalente à, pelo menos, 5% (cinco por cento) dos recursos oriundos das loterias federal e estadual, destinados a programas sociais do Poder Público.
>
> Art. 79. Os programas de cultura, desporto, de turismo e de lazer no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios deverão atender às pessoas com deficiência, com ações específicas de inclusão.
>
> (ESTATUTO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, 2006)

Em um estudo realizado em 2010, Teixeira realizou um levantamento sobre as Políticas Públicas para as Pessoas com deficiência no Brasil e paralelamente a isso foi feita entrevista com membros do governo, empresas privadas, associações e ONGs. Obteve – se vários relatos, mas o que nos chama bastante a atenção é o relato da Deputada paraplégica há 35 anos:

> [...] O que fazer na prática com as dificuldades que a deficiência traz? E ela mesma responde: Através de políticas públicas, pois são elas em uma sociedade, advindas de um governo, independente da questão política ou partidária que tem a obrigação de suprir as carências, e elas têm que acontecer para atender aqueles que no natural da vida não acontece. Por exemplo: uma pessoa que é abastada economicamente paga uma escola para o filho estudar. Aquele que não tem condições, o Estado tem que suprir essa necessidade. O mesmo ocorre com as situações geradas pela deficiência. (TESTEMUNHO DE UMA DEPUTADA APUD TEIXEIRA, 2010 p. 95)

Como relatado anteriormente as dificuldades que a deficiência traz só podem ser sanadas através de políticas públicas, pois são elas que advindas de um governo têm a obrigação de suprir as carências. Então, aparentemente, o problema parece resolvido com a criação de Políticas Públicas. No entanto, segundo Credidio (2008), há vários motivos para a dificuldade na criação e implantação de Políticas Públicas, entre as quais destacamos: falta de sensibilidade para com as diferença, baixa cobertura dos programas e resistência das organizações sociais especializadas. Além de ações mal formuladas que não levam em conta a real necessidade das PcD, simplesmente são criadas para dizer que nada tem sido feito. Como exemplo, a lei 10.098/2000 (LEI ORDINÁRIA) 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Esta lei existe, porém pode se notar que não há cumprimento dela em muitos lugares. Do que adianta criar políticas públicas que não atendam a estas pessoas? Com certeza, de nada adianta. O que também já havia sido encontrado no trabalho de Teixeira (2010).

O que podemos ver é que há todo um aparato na esfera nacional para que as políticas públicas destinadas à PcD aconteçam. Mas é necessária uma preparação estrutural e social. Porém, é importante termos claros que a responsabilidade não é só dos governantes em suas esferas, mas também do conjunto da sociedade, que aprova os governantes que muitas vezes nos trazem resultados insatisfatórios. Desta forma precisamos buscar contribuir e criticar o que tem sido e o que pode ser feito em nossa sociedade. E de que forma podemos fazer isso? Conhecendo as leis que nos darão suporte e direito de questionar e pedir que novas políticas sejam criadas. Somente mediante o esclarecimento que se compreende o que poderia estar sendo feito e não está e lutar para que seja feito. As primeiras Políticas Públicas para as PcD só foram criadas porque houve movimento social em prol desta causa.

Atentando para o enfoque deste trabalho, o aparato para a EFA em contextos não formais é o capítulo V do Estatuto da pessoa com deficiência. Com este embasamento poderemos cobrar políticas públicas voltadas à atividade física para as PcD, caso ainda não

haja, o que infelizmente acontece, mesmo sendo a inclusão da PcD um tema em expansão. Sendo a atividade física uma vertente de tamanho significado para a PcD, deveria haver mais políticas públicas de incentivo à prática de atividade física. Talvez, por ainda ser uma causa não muito nova, mas de repercussão e discussão ainda insuficientes, ainda faltem políticas públicas em algumas regiões brasileiras, mesmo que elas existam em algumas localidades do país. Ainda há muito para ser desenvolvido nesta área: o principal é começar a dar os primeiros passos, levar ao conhecimento a necessidade desta população em relação à atividade física adaptada. Pouco se faz sobre o que pouco se conhece e pouco se conhece daquilo que pouco se fala.

Portanto, cabe intervir em políticas públicas fazendo a nossa parte, levando aos poderes públicos o conhecimento da importância da criação de políticas públicas voltadas para esta população em outras esferas que ainda estão esquecidas, de maneira que fique a eles a missão de fazer e da sociedade a de instigar.

2.10 Pessoas com deficiência e a Educação Física Adaptada

Relembrando um pouco do que já foi dito, a EFA, segundo Rosadas (1991), é uma área da Educação Física que atua com pessoas que possuem características diferenciadas. Sendo assim, o objetivo da mesma é trabalhar estas características, chamadas de deficiência através de atividades psicomotoras, esporte pedagógico, recreação e lazer, além de técnicas de orientação e locomoção. No entanto, para que tudo isso aconteça, é necessário que a pessoa com deficiência queira se envolver em atividades que disponibilizem esta melhoria em sua qualidade de vida. Porém, há inúmeros fatores que agem positiva e negativamente para que este processo aconteça e é sobre isso que trataremos neste capítulo.

Carvalho (2005) cita vários autores como Buckworth, Dishman, Rimmer, Pitteti, Ferrara, Mota, Sallis e Duarte que relatam a influência de fatores diversos em relação à prática da atividade física como: a família, o apoio dos amigos, a motivação intrínseca e a auto-estima. Buckworth e Dishman (2002) afirmam que há três barreiras que impedem a pessoa com deficiência de participar de atividades físicas: barreiras psicológicas, barreiras interpessoais e barreiras ambientais. As barreiras psicológicas, segundo estes mesmos autores, tratam sobre a baixa auto-estima, a percepção da baixa auto-eficácia para a prática de atividade física, a falta de tempo e as lesões passadas. No que tange às barreiras interpessoais, referem-se à falta de suporte familiar. Dentro destas mesmas perspectivas existem outros autores que descreveram o seu parecer como Rimmer, Pitteti, Ferrara, Mota e Sallis.

Para Rimmer apud Carvalho (2005), as barreiras psicológicas estão relacionadas ao desconhecimento dos benefícios da atividade física e à percepção da incapacidade como resultado da deficiência. Nas barreiras interpessoais se enquadra a falta de incentivo médico. Para Mota e Sallis apud Carvalho (2005), nas barreiras interpessoais estão a falta de interesse e a falta de companhia para realizar a atividade física. Em relação às barreiras ambientais, Buckworth; Dishman; Rimmer; Mota e Sallis apud Carvalho (2005) são os únicos a mencionar que é devido à inacessibilidade aos equipamentos desportivos e a falta de transporte até os lugares onde se encontram disponíveis estrutura adequada para a prática de atividade física. Duarte et.al (2003), relata que uma das questões que talvez cheguem a impedir a pessoa com deficiência a procurar uma prática de atividade física adaptada é a falta de ênfase na importância que aquela atividade vai gerar na vida dela, porque a mídia enfoca

os benefícios e a importância para um corpo dito “perfeito” e assim fica focado neste ledo engano idealista que só pode fazer atividade física se o resultado for o corpo perfeito. Daí, também surgem as dificuldades de deslocamento, falta de adaptações em academias e ginásios de esportes e capacitação dos profissionais, mas o principal ainda é o preconceito.

Estudos realizados por Leão et. al (2010) e Cotta et. al (2007) demonstram a realidade da EFA com influência destes fatores corroborando o que foi dito por estes autores. O estudo de Leão et. al (2010), sobre a visão das pessoas com necessidades especiais em relação à EFA, constata que de 83% dos entrevistados do sexo masculino, 17% estavam excluídos das aulas de Educação Física e 25%, dos 79% entrevistados do sexo feminino, sendo que 8,5% sofrem influência dos pais, familiares, amigos e problemas relacionados à saúde. Já no estudo de Cotta et. al (2007) sobre fatores que influenciam na adesão de deficientes a prática esportiva constata que dos deficientes motores entrevistados 9% não praticam atividade física adaptada; já dos deficientes visuais, 85.2% não tem nenhuma experiência com as atividades físicas adaptadas. Esta diferença segundo Cidade e Freitas (2002), dá-se pelas limitações de experiência motora em diversos níveis, mediante as diminuições das possibilidades de experiências práticas ou de relacionamento familiar e social inadequado. Fatores já mencionados por autores anteriormente.

Neste mesmo estudo os fatores apontados pelos deficientes motores foram: falta de transporte, falta de material adequado, condição financeira, falta de um local adaptado, falta de profissional capacitado, receio, falta de incentivo por parte dos governantes em não investirem em patrocínio no esporte. Entre os deficientes visuais foram: falta de transporte, falta de atividades especificas para suas necessidades, falta de um local adaptado, falta de material adequado, a falta de profissionais especializados e condição financeira.

Conforme visto, estes estudos confirmam o que nos traz a literatura e nos mostra que muitos são os motivos que tendem a dificultar a vida da PcD para a prática da atividade física e são estes fatores que tem que ser transformados. Para isso, recomendam - se mais estudos envolvendo estas pessoas com suas expectativas e realidade dentro da EFA, para que hajam reivindicações com embasamento, mudança desta situação e não fique somente na abstração, mas que realmente aconteça transformação desta realidade de forma concreta e positiva.

3. METODOLOGIA

3.1 Características do estudo

O presente estudo investiga a temática da expectativa e realidade da Educação Física Adaptada em contextos não formais para pessoas com deficiência a partir do discurso de profissionais da educação física atuantes em contextos não formais, de gestores públicos, da família de PcD dependentes e das PcD independentes. Pela natureza este estudo se caracteriza por uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória (Gil, 1999; Godoy, 1995). Este tipo de pesquisa, segundo Minayo (2003), preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada e possui muitos significados. Isto possibilita ao pesquisador captar e descrever a maneira como esses reagem frente às questões focalizadas. Utilizou - se como instrumento da pesquisa, entrevista com gravação de áudio e transcrição na íntegra. Os dados coletados foram divididos em quatro categorias analíticas que consistem em:

Categoria 1: Profissionais de EF atuantes em contextos não formais.

Categoria 2: Família que contém integrantes com deficiência que são dependentes.

Categoria 3: Pessoas com deficiência que são independentes.

Categoria 4: Gestores públicos

A divisão dos sujeitos da pesquisa em categorias analíticas ocorreu para melhor análise do discurso individual e por grupo obtido na entrevista. Os dados qualitativos obtidos na coleta sobre a realidade da EFA foram tratados por análise descritiva e comparativa dos mesmos à literatura encontrada. Os sujeitos foram divididos em categorias de agrupamento de respostas, para melhor análise, uma vez que o método de investigação escolhido foi entrevista. Utilizou - se de análise de conteúdo através de palavras-chave, abordagem semelhante e conceituação comum, segundo Minayo (2003). O roteiro das entrevistas se encontram anexo ao final deste trabalho. Os resultados serão discutidos no próximo capítulo.

3.2 Objetivos do estudo

Os objetivos do estudo foram:

Objetivo Geral:

Comparar através do relato dos profissionais de Educação Física, gestores públicos, familiares de Pessoas com Deficiência e pelas Pessoas com Deficiência independentes, residentes em Muzambinho – MG, a realidade e as expectativas da EFA em contextos não formais.

Objetivos Específicos:

a) Descrever a realidade apresentada pelos profissionais de EF atuantes em contextos não formais, pelos gestores públicos, pelos familiares de PcD dependentes e pelas PcD independentes em relação à EFA em Contextos Não Formais.

b) Descrever as expectativas apresentada pelos profissionais de EF atuantes em contextos não formais, pelos gestores públicos, pelos familiares de PcD dependentes e pelas PcD independentes em relação à EFA em Contextos Não Formais.

3.3 População e Amostra

Os sujeitos desta pesquisa foram no total de 25 (vinte e cinco pessoas) residentes na cidade de Muzambinho – MG. Está população foi dividida em categorias analíticas para melhor análise do discurso. A explicação de cada categoria consta a seguir:

Categoria 1: Profissionais de educação física atuantes em contextos não formais, no total de 07 (sete) profissionais, sendo 03(quatro) do sexo feminino e 04 (quatro) do sexo masculino, com idade variando entre 21 e 35 anos. Para ser sujeito válido desta população o critério de escolha foi: ter aceitado participar do estudo, ser atuante em contexto não formal da Educação Física na cidade de Muzambinho. O critério para ser sujeito inválido desta pesquisa é não ser atuante na Educação Física em contextos não formais na cidade de Muzambinho – MG e não

ter aceitado participar da pesquisa. Não foi relevante para está pesquisa tempo de atuação profissional em contextos não formais.

Categoria 2: Família que contém integrantes com deficiência dependentes, no total de 9 (nove) pessoas, no caso a representante das famílias foram mães, com idades variando entre 30 a 60 anos, não por critério de escolha, mas por serem elas as pessoas quem permanecem mais tempo com as PcD que geralmente são filhos (as). Para ser sujeito válido desta população o critério de escolha foi ter aceitado participar do estudo, ser parente próximo, residente na mesma casa da PcD dependente, afinidade e conhecimento prévio da pesquisadora. O critério para ser sujeito inválido desta pesquisa é não possuir parente próximo, ou não residir em casa que mora pessoa com deficiência.

Categoria 3: Pessoas com deficiência e independente, no total de 07 (sete) pessoas, sendo 03 (três) do sexo feminino e 04 (quatro) do sexo masculino com idade variando entre 20 e 40 anos. Para ser sujeito válido desta população o critério de escolha foi ter aceitado participar do estudo, ser uma pessoa que possui alguma deficiência seja ela físico/motora, auditiva, visual, intelectual, porém que seja independente. Também foi utilizado o critério de conhecimento prévio da pesquisadora, todos os envolvidos são pessoas com quem já doravante existiu algum contato. O critério para ser sujeito inválido desta pesquisa é não ser uma pessoa com deficiência e não ser previamente conhecido pela pesquisadora.

Categoria 4: Gestores públicos, no total de 02 (dois) representantes, ambos do sexo masculino, com idade entre 40 e 50 anos. Denominado um Vereador atuante, presidente da câmara de vereadores e o outro Prefeito Municipal. Para ser sujeito válido desta população o critério de escolha do primeiro representante foi ter aceitado participar do estudo, ser o prefeito da cidade de Muzambinho – MG ou estar empossado como tal, seja por tempo determinado ou não. Para a escolha do segundo participante o critério de escolha foi: ter aceitado participar do estudo, ser vereador atuante na cidade de Muzambinho – MG ou estar empossado como tal, seja por tempo determinado ou não, conhecimento prévio da pesquisadora com o vereador. O critério para ser sujeito inválido desta pesquisa é não ser prefeito da cidade de Muzambinho – MG e não ser vereador da mesma, não ter como requisito amizade e conhecimento prévio da pesquisadora.

A população representante destas categorias foi escolhida porque, segundo Venditti (2005), para que ocorra a inclusão social se faz necessário o envolvimento e

comprometimento dos pais, familiares, alunos e alunas, professores, funcionários, governo e comunidade.

3.4 Instrumento utilizado

A entrevista aberta se caracteriza por ter uma maior flexibilidade, oportunizando ao entrevistador poder conduzir as perguntas de acordo com a necessidade e o caso.

> [...] utilizada principalmente em pesquisas com finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos (MINAYO apud MINAYO 2003).

Na entrevista aberta as perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. O entrevistador interfere para evitar o término precoce da entrevista ou quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações dentro da visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão.

A entrevista aberta corresponde a um roteiro a ser seguido pelo entrevistador com perguntas a serem respondidas pelas pessoas de cada grupo, contendo nestes roteiros perguntas de pertinência a esse grupo. São perguntas diferentes a cada grupo, porém com o mesmo enfoque. Para a categoria 1, o questionário continha 10 (dez) perguntas, para a categoria 2, continha 12 (doze) perguntas, para a categoria 3, continha 08 (oito) perguntas e para a categoria 4, continha 10 (dez) perguntas. Estes questionários foram montados com base em estudos de Neves e Silveira (2006) e de Cotta et.al (2007). Todos constam no final deste trabalho, nos anexos.

3.5 Delimitação do Estudo e Procedimento para Coleta de Dados

O foco da pesquisa foi essencialmente o levantamento da realidade e da expectativa dos profissionais de Educação Física, dos gestores públicos, da família que contém pessoas com deficiência dependentes e das pessoas com deficiência independentes, em relação à Educação Física Adaptada em contextos não formais, bem como suas experiências e dificuldades neste processo.

Os dados foram coletados com a utilização de entrevista realizada à população selecionada com gravação em áudio e transcrição na íntegra.

3.6 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu no período entre os dias 05 de Outubro de 2010 a 05 de Novembro de 2010. A entrevista foi realizada individualmente aos sujeitos da pesquisa, em suas casas ou ambientes de trabalho. Foram em horários agendados previamente, conforme a disponibilidade dos respondentes. Não havia limite de tempo para o encerramento da entrevista, sendo que estas duraram entre 5 a 20 minutos. Os participantes poderiam desistir ou abandonar a pesquisa a qualquer momento, mesmo após a aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que consta nos anexos ao final deste trabalho, assinado em duas vias com informações pessoais e explicação da pesquisa que estavam participando,

Anteriormente à entrevista o objetivo da pesquisa foi destacado, bem como o método que seria utilizado, deixando devidamente claro o caráter espontâneo e sigiloso das informações, assim como a possibilidade de desistência no momento da aplicação.

A coleta procedeu em forma de diálogo informal. As perguntas eram realizadas uma de cada vez e repetidas caso o sujeito participante da pesquisa não entendesse. As respostas eram ouvidas com interferências somente quando oportunas para conseguir maior número de informações na visão do entrevistado (sujeito), realizando um diálogo entre entrevistador e entrevistado. As entrevistas de todos os participantes foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra em outro momento, através de nova escuta das entrevistas e seguindo a análise de conteúdo para que não houvesse erro na interpretação dos dados. As entrevistas transcritas se encontram em anexo ao final deste trabalho.

3.7 Análise e Tratamento dos Dados

Os dados qualitativos obtidos na coleta sobre a realidade da EFA foram tratados por análise descritiva e comparativa dos mesmos à literatura encontrada. Os sujeitos foram divididos em categorias de agrupamento de respostas, para melhor análise, uma vez que o método de investigação escolhido foi entrevista. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. Após a transcrição das entrevistas, os dados foram submetidos a

análise de conteúdo, que, conforme Minayo (2003), aplica-se a discursos e baseia-se na dedução ou inferência sistemáticas de forma objetiva, identificando algumas características da mensagem, por meio da construção de categorias, reunidas por temas de significação.

Os resultados foram agrupados em tabelas conforme categoria pertencente. Nas tabelas presentes no capítulo Resultados e Discussões, constam os principais apontamentos da realidade da EFA em contextos não formais apontados pelos sujeitos entrevistados bem como suas expectativas, divididos de acordo com as categorias de grupos pertencentes já mencionados anteriormente. Foram também transcritas as frases que obtiveram maior ênfase entre os entrevistados, escolhidas através da análise de conteúdo.

Como análise final, pretende – se que esta pesquisa sirva de ponto de partida para discussão de possíveis e necessárias intervenções do que pode ser feito para as pessoas com deficiência. Esse público consiste em uma população consideravelmente grande atualmente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se a seguir os resultados e a discussão dos dados obtidos nesta pesquisa a respeito da realidade e expectativas da EFA em contextos não formais da Educação Física. Como forma de análise e para possibilitar melhor compreensão, os dados foram agrupados em categorias de respostas. Tal procedimento nos permitiu comparações destes com a literatura e a realização de um paralelo a respeito da realidade da EFA em contextos não formais com as expectativas apresentadas pelos sujeitos entrevistados. As categorias de entrevistados foram assim identificadas:

Categoria 1: Profissionais de Educação Física atuantes na Educação Física em contextos não formais.

Categoria 2: Família que contém integrantes com deficiência e os mesmos são dependentes.

Categoria 3: Pessoas com deficiência que são independentes.

Categoria 4: Gestores públicos

O quadro 1 a seguir apresenta um descritivo da população pesquisada

Categoria	População	Respondentes
1	Profissionais de Educação Física atuantes em contextos não formais	7
2	Familiares de pessoas deficientes dependentes	9
3	Pessoas com deficiência independentes	7
4	Representantes da Gestão Pública	2

Quadro 1: Número de participantes do estudo em cada categoria

Os resultados serão expostos em tabelas por categorias. Este processo ocorrerá posposto à transcrição das frases que obtiveram maior ênfase entre os entrevistados. Os entrevistados cujas frases foram transcritas estão identificados como indivíduo acompanhado por número, para sigilo de identidade profissional e pessoal.

4.1 Categoria 1: Profissionais de Educação Física atuantes em contextos não formais

Os profissionais de Educação Física são agentes importantíssimos no processo inclusivo de PcD. Para que os profissionais se tornem inclusivos é necessário uma realidade que proporcione tal atitude. Abaixo se encontram descritas frases de afirmações referentes à realidade e às expectativas dos profissionais de educação física em relação ao processo inclusivo definidas pela recorrência e por sua singularidade.

Indivíduo 1: [...] às vezes pela falta de procura, certo, às vezes o dinheiro que a gente vai gastar para estar se especializando, ou trazendo coisas novas. [...] fica difícil você se especializar para trabalhar com uma, duas ou três pessoas. Sendo que estas pessoas não estão dispostas a pagar, por exemplo, por um personal, ou pagar para você estar trabalhando com aquela pessoa.

Indivíduo 2: [...] eu acho que depois da faculdade precisariam ter curso mais especializado, chamar mais, ter um estudo mais dinâmico para os profissionais de educação física para, de repente, haver um interesse maior, mostrar mais o que é, porque na faculdade a gente tem uma base.

Indivíduo 3: [...] elas já não procuram tanto este tipo de serviço, justamente pelas pessoas não estarem aptas a recebê – las em seu estabelecimento.

Indivíduo 4: [...] bom, estuda sobre grupo eu não estudo, não me aprofundo, não procuro saber não. Mais a musculação é meio, o básico que a gente sabe, que dá pra fazer com todo mundo.

Nesta perspectiva o quadro a seguir demonstra o resultado desta presente pesquisa.

Realidades	Expectativas
Baixa procura de PcD em praticar atividade física, impossibilitando assim a prática do conhecimento obtido na área	Aumento do número de clientes com deficiência para que o conhecimento adquirido na área seja colocado em prática
Falta motivação em atender está população por ser uma população que necessita de adaptações físicas, atendimento prioritário e especializado de custo acima da capacidade de pagamento dos possíveis atendidos.	Aumento na demanda de PcD que justifique investimentos em formação
Condições inadequadas de trabalho para melhor atender as PcD	Reforma dos locais de trabalho a longo prazo e conforme aumento da demanda desta população
Não há divulgação para aumento de PcD em seus locais de trabalho	Aumento na demanda de PcD
Desenvolvimento do trabalho com PcD através da experiência do teste da aprendizagem diária, por acerto e erro	Maior difusão de conhecimento e oportunidades de estudos nesta área para melhorar atender esta população
Não possuem foco nesta clientela	Crescimento e Expansão das PcD nas academias
Possuem poucos clientes	Aumento na demanda de PcD
Falta oferta de capacitação de forma acessível, gerando conhecimento técnico e científico concentrado apenas nos grandes centros.	Maior difusão de conhecimento e oportunidades de estudos nesta área

Quadro 2: Realidade e expectativa em relação à EFA em contextos não formais dos profissionais de Educação Física em contextos não formais, correspondente à categoria 1

Os resultados evidenciam que a realidade destes profissionais não é favorável à inclusão de PcD nas academias. Encontram-se nos discursos dos profissionais algumas questões que nos levam a pensar de que forma estes profissionais estão contribuindo para a mudança da realidade das PcD em relação à prática corporal. A realidade desfavorável destes profissionais no processo inclusivo sofre influências direta e indiretamente das seguintes formas: a ação dos proprietários das academias, da sociedade de forma geral, a falta de condições adequadas de trabalho, falta de divulgação do trabalho, falta de capacitação e experiência profissional. No que tange às expectativas, os resultados evidenciam que estes esperam maior divulgação sobre as práticas corporais para PcD, conscientização da família, da sociedade, crescimento e expansão nesta área, porém lhes falta motivação, foco nesta

clientela e maior conhecimento para melhor desenvolvimento no trabalho com as PcD. Isto, na opinião destes profissionais, exige uma maior atenção e maiores gastos.

A realidade pode ser comparada aos estudos de Palla e Castro (2004), onde foram achadas referências que descrevem como impeditivos de uma atuação profissional inclusiva, a falta de qualificação profissional, de oportunidade de emprego e boas condições de trabalho. E de Ledebeff et. al (2008), em que os professores relataram como fatores dificultadores para o processo de inclusão e sua atuação profissional, a falta de uma preparação profissional específica e insegurança em adaptar as atividades conforme a deficiência. Está falta de preparação pode ser demonstrado através da realidade descrita na tabela acima, narrado por um dos indivíduos da pesquisa, onde o desenvolvimento do seu trabalho com PcD se embasa através da experiência do teste da aprendizagem diária, por acerto e erro.

No que condiz às expectativas corresponde a um dado novo, que não foi encontrado na literatura consultada. Entretanto, se comparados à realidade apresentada pelos profissionais, permite concluir a necessidade de transformações emergenciais na realidade diária destes profissionais para as expectativas possam ser atingidas, como por exemplo, melhor capacitação, para melhor atender está clientela para que então ocorra aumento desta população no ensino não formal. Se estes fatores da realidade já foram mencionados em outros estudos significa que está problemática profissional é vivenciada em outros lugares, tornando necessária uma tomada de decisão para alterar essa realidade na direção às expectativas dos profissionais que atenderão as PcD. Com base no discurso destes profissionais e na literatura, pode se concluir que há importantes indicadores sobre a realidade que sinalizam a necessidade de mudança para que as expectativas sejam alcançadas. Notamos que os próprios profissionais já têm um olhar de exclusão. Desta maneira, suas expectativas são incompatíveis com sua atuação.

Diante do exposto, algumas questões devem ser dirigidas a nós, profissionais: como temos nos preparado para trabalhar com atividade física adaptada? Qual a nossa posição diante do processo inclusivo? Suponho que partindo destes pressupostos, o profissional de educação física consiga atingir as expectativas que possuem em relação a EFA em contextos não formais.Verifica-se, portanto, a necessidade de um número maior de estudos sobre os profissionais de EF atuantes em contextos não formais com a EFA de forma a reafirmar questões-problemas existentes neste meio, bem como apresentar resoluções para estas questões.

4.2 Categoria 2: Familiares de pessoas com deficiência dependentes

A influência da família na vida das PcD dependentes é de tamanha importância que Glat (2004) diz que esta inclusão social se dará conforme a decisão da família em permitir a sua participação em diferentes ambientes e relações sociais, o que também acontece quando a PcD não depende da sua família. Abaixo se encontram descritas afirmações referentes à realidade e às expectativas no que tange ao papel da família no processo inclusivo da Educação Física Adaptada definidas pela quantidade de vezes em que foram citadas e por sua singularidade.

Indivíduo 1: [...] meu filho não freqüenta por falta de oportunidade porque na academia tem que pagar.

Indivíduo 2: [...] minha não faz porque eu não posso pagar.

Indivíduo 5: [...] meu filho não freqüenta devido á dificuldade de locomover, porque meu marido trabalha, não tem como levar e ficar só eu aqui com ele, precisava de uma coisa que ajudasse a locomover, levar, buscar.

Indivíduo 9: [...] acho que deveria ter um lugar específico pra eles, com professor específicos pra eles, pra fazer vários exercícios e que dê mais atenção para as atividades deles.

Nesta perspectiva, o quadro abaixo demonstra o seguinte resultado:

Realidade	Expectativas
Condição sócio-econômica desfavorável	Programas de incentivo gratuito ou ajuda de custo como incentivo ao esporte
Dificuldade de locomoção	Transporte gratuito
Receio	Maior divulgação do trabalho a ser desenvolvido com as PcD
Limitações físicas	Trabalho específico para cada deficiência

Quadro 3: Realidade e expectativa em relação à EFA em contextos não formais, dos familiares das PcD que são dependentes, correspondente a categoria 2.

Os resultados evidenciam que, para os familiares das PcD, o principal motivo pelo qual as PcD não estão incluídas na prática da EFA em contextos não formais advém de fatores

extrínsecos que se tornam desmotivantes para estas famílias. Isso corrobora com a literatura. Glat (2004) diz que a inclusão social de PcD dependerá da permissão da família para a sua participação em diferentes ambientes e relações sociais.

O principal apontamento feito pelos familiares sobre a realidade foi a condição sócio-econômica. A maioria relatou que não possui condições de investir na prática da atividade física. O que Mota e Sallis apud Carvalho (2005) relataram em seu estudo, dizendo que a condição socioeconômica da família tende a interferir neste processo, já que a família direciona os recursos financeiros para as despesas de maior necessidade, limitando a possibilidade de pagar por uma atividade ou transporte para realizar determinada atividade física. O que já abrange outro fator citado: dificuldade de locomoção – falta de transporte, ou, em alguns casos, a inacessibilidade das vias públicas, no caso de não possuir transporte.

Em relação ao receio dos familiares em deixar a PcD realizar atividade física não foi achado nenhum dado na literatura, mas a hipótese que levanto é que talvez este receio seja oriundo da falta de divulgação dos benefícios da atividade física de modo mais amplo e de fácil entendimento para os familiares destas PcD, bem como dos locais e profissionais que desempenham um excelente trabalho com PcD.

No que condiz à limitação física, entra na questão na super-proteção dos pais, Glat (2004) relata que isso acontece devido à discriminação da sociedade, fazendo com que a condição especial da PcD seja hiperdimensionada, em detrimento de suas capacidades e aptidões. Assim a família dificulta a autonomia e a independência que a PcD deveria conquistar como condição para o desenvolvimento de suas capacidades, passando assim a enxergar somente as suas limitações.

Os achados deste estudo nos levam a afirmar que o principal motivo para que as PcD não tenham a prática da atividade física como realidade na sua vida são fatores extrínsecos que os afetam diretamente, dado sua dependência, como locomoção e condições sócio econômicas. Os fatores intrínsecos foram mencionados repetidas vezes, mas sempre enfatizando os fatores extrínsecos. Deste modo, a hipótese é que a mudança da realidade das PcD e as expectativas das famílias dependem mais de ações da esfera governamental do que decisões próprias. No entanto, é necessário mais estudos dentro desta hipótese para que estes fatores sejam realmente confirmados.

4.3 Categoria 3: Pessoas com deficiência independentes

Soler (2005) relata que apenas dez por cento (10%) da população com deficiência no Brasil praticam algum tipo de atividade física adaptada, percentual irrisório se comparados ao contingente populacional do Brasil. No entanto, devemos procurar saber mais profundamente qual a realidade das PcD que faz com que este número de praticantes de atividade física seja tão reduzido, como também, saber o que estas PcD possuem de expectativa para que esta realidade possa ser modificada. Seguindo esta argumentação, abaixo se encontram descritas frases definidas pela quantidade de vezes em que foram citadas e por sua singularidade, referentes à realidade e às expectativas das PcD no que tange à Educação Física Adaptada no ensino não formal.

Indivíduo1: [...] não pratico por opção minha mesmo, já pratiquei e hoje não pratico mais. Não sei se porque no começo eu tava me esforçando demais, sentindo algumas dores, o próprio instrutor disse que era normal, por eu nunca ter praticado, mais aí eu desisti por conta própria mesmo e não voltei mais.

Indivíduo 2: [...] nunca procurei, também nunca recebi nenhuma proposta, nenhum convite por parte de ninguém, acho que até por causa disso agente fica meio com receio de fazer, agente fica um pouco afastado, meio isolado assim, mais nunca recebi nenhum apoio nem nada.

Indivíduo 3: [...] qualquer coisa que fosse atividade física, teria vontade, mais eu acho que não tem como por causa das pernas elas não funcionam totalmente.

Indivíduo 4: [...] não pratico nada porque não tem na cidade esporte e por condições financeiras.

Indivíduo 6: [...] não pratico porque devido á sensibilidade, a dificuldade da lesão medular trás muitas barreiras pra gente então é complicado, pra mim é complicado, minha lesão é muito alta e também porque eu moro na roça.

O quadro abaixo apresenta o resultado desta presente pesquisa.

Realidade	Expectativas
Condição sócio-econômica desfavorável	Criação de projetos gratuitos ou ajuda financeira como incentivo
Dificuldade de locomoção	Facilidade para locomoção com auxílio transporte e reforma das vias públicas
Receio	Maior divulgação do trabalho a ser desenvolvido com as PcD
Opção própria	Conscientização das PcD sobre a prática de atividade física
Falta oportunidade	Apoio para a prática de atividade física
Baixa auto – estima	Maior explicação sobre a atividade física e seus benefícios

Quadro 4: Realidade e expectativa em relação à EFA em contextos não formais, das pessoas com deficiência que são independentes da família, correspondente a categoria 3.

Os resultados evidenciam que os fatores extrínsecos e intrínsecos são bastante expressivos. Não há um que predomina sobre a realidade das PcD. O interessante é analisar que as expectativas das PcD dependem primeiramente da ação de fatores extrínsecos, os quais sofrem ação na esfera familiar, profissional e governamental.

Nos estudos de Cotta (2007) as PcD participantes do estudo forneceram os seguintes dados: a maioria não conhecia a existência de atividades físicas adaptadas; falta de transporte; falta de profissional especializado; falta de material adequado; falta de local adaptado; condição financeira e vergonha de se expor. Tanto os dados do estudo de Cotta (2007) como os desta pesquisa possuem similaridade com Buckworth e Dishman (2002). Estes afirmam a existência de três barreiras que impedem que a pessoa com deficiência participe de atividades físicas: barreiras psicológicas, barreiras interpessoais e barreiras ambientais. As barreiras psicológicas, segundo estes mesmos autores relacionam-se à baixa auto-estima, a percepção da baixa auto-eficácia para a prática de atividade física, a falta de tempo e a lesões passadas. As barreiras interpessoais referem-se à falta de suporte familiar. As barreiras ambientais, segundo Buckworth e Dishman (2002) são devido à inacessibilidade aos equipamentos desportivos e a falta de transporte até os lugares onde se encontram disponível a estrutura adequada para a prática de atividade física.

A oportunidade fornecida para que as PcD relatassem as suas expectativas no que tange à EFA foi bastante oportuna e diferencial neste estudo. São dados que não foram encontrados em nenhum outro trabalho na literatura. As expectativas obtidas como resultado neste estudo demonstram a real necessidade de investigações desta temática para embasamento e debate a respeito de como atender as expectativas propostas pelas PcD através do entendimento e modificação da realidade. Sugere - se, portanto, novos estudos para que haja maior compreensão desta problemática e possam ser realizadas intervenções mais efetivas.

4.4 Categoria 4: Representantes da Gestão Pública

Ter representantes da Gestão Pública nesta pesquisa se torna importante devido à iniciativa para criação de políticas públicas serem oriundas desta categoria, que neste estudo foi representada pelo prefeito e pelo presidente da câmara de vereadores do ano de 2010, administração 2009 – 2012. Abaixo se encontram descritas frases definidas pela quantidade de vezes em que foram citadas e por sua singularidade, referentes à realidade e às expectativas das PcD no que tange a Educação Física Adaptada no ensino não formal por parte dos membros da administração municipal.

Indivíduo 1: [...] nós pensamos e já enviamos alguns projetos.... O único que conseguimos êxito foi este da academia ao ar livre por enquanto, para o ano que vem a gente espera que os outros sejam liberados. [...] é muito importante, infelizmente no momento a gente tem encontrado dificuldade pra implementação de programas devido à falta de recursos financeiros.

Indivíduo 2: [...] não tenho conhecimento de nenhum projeto, se há algum principalmente a nível de Muzambinho eu não conheço nenhum. [...] enquanto não houver projeto, não há condições de executar nada. Dinheiro tem o que falta são projetos.

Nesta perspectiva, o quadro a seguir demonstra o seguinte resultado.

Realidade	Expectativas
Faltam projetos	Elaboração de projetos
Possuem recursos (contraditório com o de baixo, mas isso foi relatado pelo outro entrevistado)	Reconhecimento do problema
Falta de recursos	Liberação de recursos financeiros pelos governos federal e estadual
Profissionais capacitados	Execução com resultados
Há projetos esperando aprovação de verbas	Aprovação de projetos

Quadro 5: Realidade e expectativa dos representantes da Administração Pública em relação à EFA em contextos não formais, correspondente à categoria 4.

Os representantes da Administração Pública relataram fatores conflitantes em seu discurso com relação às suas próprias ações. Um dos representantes relatou a falta de verba para execução de projetos para esta população. O outro relatou que faltam projetos e não verba. Estes desacordos levantam à seguinte hipótese: Será que algo está sendo feito a respeito da EFA em contextos não formais?

Os dados que foram obtidos nos discursos das categorias anteriores levantam a hipótese de dúvida sobre o que está sendo feito para que as PcD tenham acesso a prática corporal na EFA no ensino não formal. Terá os gestores públicos responsabilidades pelas PcD não estarem inseridas nos contextos não formais da EFA. Dessa forma conseguimos compreender e refletir que talvez a solução para as PcD estarem inseridas e participantes da EFA em contextos não formais está na criação de políticas públicas que visem atender está demanda populacional que, apesar de numericamente minoritária, possui os mesmos direitos e deveres das demais pessoas. O problema é encontrar pessoas que fazem parte da gestão pública que se preocupem com as PcD a ponto de organizar ONGs e estruturar partidos políticos dispostos a atender está classe, o que Credidio (2008) também relata, que a dificuldade para criação e implantação de Políticas Públicas está na falta de sensibilidade para com as diferenças, baixa cobertura dos programas, resistência das organizações sociais especializadas, além de ações mal formuladas. Isso nos leva a pensar quão pouco valorizada é esta população. Para transformação deste quadro é necessária a criação de políticas públicas

voltadas para esta população em outras esferas que ainda estão esquecidas e necessitam de mudança. Como à criação destas políticas públicas só pode advir do poder público cabe a nós, professores de educação física, a elaboração de algumas propostas para cada categoria, com o intuito de mudar a realidade atentando as expectativas. Desta forma, propomos:

1) Aos cursos de formação de professores: a reestruturação das disciplinas de EFA pertencentes ao currículo, conciliando teoria e prática nesta área, como também a inserção desta disciplina nas universidades que não tem. Assim estará se qualificando e capacitando os futuros profissionais de EFA.

2) Para os já formados: sugerimos que as universidades se empenhem em realizar cursos de capacitação e aumento da demanda de pós-graduação para que haja maior produção científica nesta área.

3)Para as famílias dos PcD que são dependentes: sugerimos o incentivo a estas pessoas para a prática de atividade física. A procura de atividades físicas.

4)Para as PcD que são independentes: confiem em si mesmos, procurem a EFA, mesmo se não puder pagar. Se não houver programas gratuitos peça aos familiares que busquem informações para que juntos realizem alguma atividade.

5)As famílias: para serem grandes motivadores.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo principal comparar, através de relatos dos profissionais de Educação Física, gestores públicos, familiares de Pessoas com Deficiência dependentes e pelas Pessoas com Deficiência independentes, residentes em Muzambinho – MG, a realidade e as expectativas da EFA em contextos não formais.

Com os dados obtidos neste estudo podemos concluir que os principais pontos da realidade são: falta motivação para que os profissionais de educação física sejam atuantes em EFA em contextos não formais; falta de condições financeiras para as famílias serem motivadoras das pessoas com deficiência; falta de apoio e oportunidade para que a pessoa com deficiência esteja no contexto não formal da EFA; existência de ações mal formuladas para a criação de políticas públicas específicas voltadas a prática corporal em contextos não formais para as pessoas com deficiência. No entanto, as expectativas balizam-se na busca por crescimento e expansão, mais oportunidades, conscientização da sociedade e do profissional, liberação de recursos financeiros com apoio do governo estadual e federal. Mas para que isso aconteça são necessárias algumas mudanças, por exemplo:

1) Maior atuação dos gestores públicos na criação de políticas públicas, abrindo espaços para que todo este processo de inclusão das pessoas com deficiência a EFA em contextos não formais aconteça.
2) Preparação profissional dos professores de educação física para melhor atender esta população, bem como melhores condições de trabalho.
3) A família como fonte motivadora, favorecendo o desenvolvimento integral das habilidades e capacidades da pessoa com deficiência, bem como o bom desenvolvimento do trabalho dos profissionais da EFA.
4) A força, coragem e determinação da pessoa com deficiência para encarar este novo desafio, superando as barreiras psicológicas, ambientais e interpessoais.
5) Uma maior organização dos envolvidos com a EFA no sentido de ter reconhecido seus direitos sociais.

Diante de tantas mudanças prontas para acontecer o olhar sobre a EFA em contextos não formais deve ser um olhar de inquietações, que busca demonstrar que algo necessita ser feito, que existem expectativas de toda uma esfera familiar, política e social para que haja transformação no sentido de considerar as PcD, fornecendo – lhes acesso à prática corporal no

ensino não formal da educação física. Neste sentido, a ligação entre o profissional de EF atuante em EFA em contextos não formais, a família, os gestores públicos e as PcD passa a ser de suma importância para a mudança da realidade existente.

Finalizo este trabalho propondo novos estudos que nos levem a refletir que postura tomar diante da realidade da EFA em contextos não formais. Estudos para confirmar outras realidades assim existentes que sirvam como um alerta aos problemas da realidade. Que apresentem propostas de como atender as expectativas propostas e mudar a realidade.

Enfim, percebemos que é indispensável mudarmos nossa própria visão da realidade das PcD em relação à EFA como algo que acontece com os outros para algo que acontece com nós mesmos. Desta forma estaremos contribuindo para que as PcD não sejam mais vistas com mais diferenças do que elas possuem, como se todos nós não fôssemos diferentes em cada característica, mas iguais na missão de construir uma sociedade melhor a cada dia

6. REFERÊNCIAS

ASSIS, S. M. B; **Lazer e deficiência mental:** o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer. 1997. 173 f. Tese Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 1997.
Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000115179> Acesso em: 20 de out. 2010

BARROSO, K da S. S; **Integração escolar das pessoas portadoras de deficiência:** uma busca da educação para todos. 2008.
Disponível em: <http://200.181.112.252/art16.htm>. Acesso em: 21 out. 2010

BORGES, F. P; **Educação Física adaptada:** o aprendizado, a vivência, e a formação do conhecimento: uma construção acadêmica. Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - N° 103 - Diciembre de 2006.
Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd103/efa.htm> Acesso em: 21 out. 2010

Brasil, S. de E. F; **Parâmetros curriculares nacionais** : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.126p.Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em: 10 de dez. 2010

_____ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília,DF. MEC/SEF,1996.34p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 10 de dez. 2010

_____ Senado. **Constituição (1988).** Brasília, DF, 2010, p.1 - 47.
Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> Acesso em: 20 de dez. 2010

_____**Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF: CORDE, 2007. Disponível em:
<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:lAOfbMEVP3AJ:portal.mec.gov.br/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D424%26Itemid%3D+Conven%C3%A7%C3%A3o+Sobre+os+Direitos+das+Pessoas+com+Defici%C3%AAncia.+1992&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESg5J8DbYrtVVorPWviDvWywj-DYk_Gt6y0EscrjsNvfPf-Jd_uWhSwpSYRcUcfk0_fDfTsOw5r4RTKGCvGM4Wbtbj-TimRbfyUyw8X2YkaqTDnH7ANXBMSCNH2mEn7TEHPPXykn&sig=AHIEtbRva68BV1mDfu2hgMUscumMN3Klnw> Acesso em: 12 de dez. 2010.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília/DF: CORDE, 1994.
Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 16 de out. 2010

_____ **Estatuto do Portador de deficiência**. Brasília/ DF: Senado Federal, Congresso Nacional, 2006.
Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/432201.pdf>
Acesso em: 16 de out. 2010

_____ **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília/ DF, 2009.
Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>
Acesso em: 07 de jan. 2011

_____ **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília/DF, 2003. Disponível em < http://portal.mj.gov.br/conade/> Acesso em: 10 de nov. 2010

_____**Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010.** Secretaria de Direitos Humanos. Diário Oficial da União, DOU, n.212, seção1, p.4,5 de Nov. de 2010. Disponível: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/boletins/Portaria_n_2.344.pdf/view> Acesso em: 05 de jan. 2011

BUCKWORTH, J; DISHMAN, R. K; **Exercise Psychology**. In: BUCKWORTH, Janet;DISHMAN,Rof K. Exercise Psychology. 1ª edição. Champaign: Human Kinetics, 2002. Capítulo 8. PP 155 – 175.
Disponível:
<http://books.google.com.br/books?id=d_LpdqXksIEC&printsec=frontcover&dq=buckworth+%26+dishman,+2002&source=bl&ots=TKOWq4yJ2y&sig=Duj7eMn8JJyQsjHTVffA3YL2YAQ&hl=pt-BR&ei=XwkmTY6GL4O88gagtpm6AQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CCoQ6AEwAg#v=onepage&q=buckworth%20%26%20dishman%2C%202002&f=false>
Acesso em: 31 out. 2010

CARNIEL, F; STRAPASSON, A. M; **A Educação Física na Educação Especial.** Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - N° 104 - Enero de 2007 .Disponível em: < http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm> Acesso em: <25 out. 2010

CARVALHO, M. M. S; **Estilos de vida, actividade física e autopercepção em jovens com deficiência mental**. Estudo realizado no centro de formação e emprego da cergiag. 2005. 114 ff. Dissertação de Mestrado – Universidade do Porto,Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física,Porto, 2005.
Disponível:<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14101/2/Estilos%20de%20vida%20actividade%20f%C3%ADsica%20e%20autopercep%C3%A7%C3%B5es%20em%20jovens%20com%20defici%C3%AAncia%20mental%20%20estudo%20realizado%20no%20centro%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20e%20emprego%20da%20Cerciag.pdf>
Acesso em: 22 set. 2010

CARVALHO, C. B. de; **Educação Física Adaptada:** uma nova perspectiva no espaço formal. Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 147, Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd147/educacao-fisica-adaptada-no-espaco-formal.htm> Acesso em: 20 de nov. 2010

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S; Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola. Brasília, DF. **Integração**, v. 14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada -, p. 26-30, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA; **A Educação Física e os portadores de Deficiência.** 2003. Disponível em:

<http://www.confef.org.br/RevistasWeb/n8/06%20-%20deficientes.pdf> Acesso em: 10 out. 2010

COTTA, D. O. et. Al; **Fatores que influenciam a adesão de deficientes motores e deficientes visuais a pratica desportiva.** Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - N° 104 - Enero de 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd104/deficientes-motores-visuais.htm> Acesso em: 25 nov 2010

CREDIDIO, E. B. Y; **POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** Florianópolis, SC . II Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Agosto de 2008.
Disponível em:
<www.sst.sc.gov.br/.../Palestra_Politica_Publica_para_Pessoa_com_Deficiencia.ppt - referencia palestra politica publica> Acesso em: 15 de out. 2010

CRUZ, C. F. et al; **Programa de Educação Física Adaptada:** Poder Público e Iniciativa Privada em uma Parceria de Incentivo à Inclusão Social da
Pessoa com Deficiência. Rio Claro, SP. Revista da Sobama Dezembro 2003, Vol. 8, n.1,Supl.pp.1-25.Disponível:
<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inicio.htm> Acesso em: 18 de out 2010

_____ **A Família no Processo de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência.** Rio Claro, SP. Revista da Sobama Dezembro 2003, Vol. 8, n.1, Supl. pp.1-25.Disponível: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inicio.htm>
Acesso em: 18 de out 2010

DUARTE, E; **Considerações da Pessoa com Deficiência sobre a Atividade Física.** Rio Claro, SP. Revista da Sobama Dezembro 2003, Vol. 8, n.1, Supl. pp. 1-25. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inicio.htm> Acesso em: 18 de out 2010

_____ **Inclusão e Acessibilidade:** contribuições da Educação Física Adaptada. Rio Claro, SP. Revista da Sobama Dezembro 2005, Vol. 10, n.1, Supl. pp. 27-30. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inicio.htm> Acesso em: 18 de out 2010

FALKENBACH, A. P; **Inclusão:** perspectivas para as áreas da Educação Física, Saúde e Educação.1ª edição.Jundiaí, Sp: Fontoura. 2010. 152 p.

FERNANDES, V. L. F. P; **Educação Física (Adaptada) e Políticas Educacionais de inclusão:** contexto Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 149, Octubre de 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd149/educacao-fisica-adaptada-e-politicas-educacionais-de-inclusao.htm> Acesso em: 05 de Nov 2010

FERNANDES, F. O. de; JÚLIO, M. das G; **O profissional de Educação Física e sua atuação com portadores de necessidades especiais em academias.** Revista Digital - Buenos Aires - Año 15 - Nº 145 - Junio de 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd145/portadores-de-necessidades-especiais-em-academias.htm> Acesso em: 22 de out. 2010

FERNANDES, C. A. F; VENDITTI, Jr. R; Educação Física Adaptada na formação universitária: reflexões sobre a preparação do profissional de educação física para a atuação

com pessoas com necessidades especiais. **Espírito Santo do Pinhal**, v.9, n.12, p. 118 – 140, jan/jun 2008.

FERREIRA, J. R; **Políticas públicas e a Universidade:** uma avaliação dos 10 anos da Declaração de Salamanca. 2004.
Disponível em:
<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi&parametro=11172> Acesso em: 15 de out. 2010

FREIRE, E. dos S; VERENGUER, R. de C. G; REIS, M. C. da Costa; **Educação física:** pensando a profissão e a preparação profissional. Barueri, SP. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – Ano 1, Número1,2002.Disponível: <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/remef/article/viewFile/1345/1042> Acesso em: 26 out. 2010

GIL, A. C; **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição.São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GLAT, R; **Uma família presente e participativa:** o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais. In: 9º Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais,2004, Belo Horizonte.
Disponível: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/familia.pdf> Acesso em: 25 de out. 2010

_____ .**Orientação familiar como estratégia facilitadora do desenvolvimento e inclusão de pessoas com necessidades especiais.** Rio Grande do Sul, RS. Revista educação especial – 2004. Edição 2004, nº 24.
Disponível em: < http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/02/a3.htm> Acessado em: 17 de out. 2010

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GONÇALVES, V. O; **Estudo da disciplina educação física adaptada na instituições de ensino superior do Estado de Goiás.** 2002.160 ff. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, 2002. Disponível em: < http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000243415&fd=y> Acesso em 22 de nov. de 2010.

GORGATTI, M. G; COSTA, R. F. da; **Atividade física adaptada:** qualidade de vida para as pessoas com necessidades especiais. 2ª edição. Barueri – SP: Manole, 2008. 660 p.

GORLA, J. I; **Coordenação motora de portadores de deficiência mental:** avaliação e intervenção. 2001. 154 ff. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, 2001.
Disponível em: < http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000218982> Acesso em: 15 de set. 2010

_____.**Educação pelo movimento.** 2006
Disponível em: < http://www.efadaptada.com.br/biblioteca/ap/ap1.pdf> Acesso em: 20 de set. 2010

LEÃO, A. S; **A visão de pessoas com necessidades especiais a respeito da Educação Física e Esporte.** Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 150, Noviembre de 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd150/a-visao-de-pessoas-com-necessidades-especiais.htm> Acessado em: 10 de nov. 2010

LEBEDEFF, T. B; SIQUEIRA, P. C. M; ZARTH, A. P. Zarth; **O profissional de Educação Física e sua responsabilidade frente ao processo de inclusão.** Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - N° 122 - Julio de 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd122/profissional-de-educacao-fisica-e-processo-de-inclusao.htm> Acessado em: 26 de set. 2010

LIMA, P. G; DIAS, I. de C. G; **Educação não formal:** um intertexto sobre sua caracterização. Revista de CIÊNCIAS da Educação - UNISAL - Americana/SP - Ano X - Nº 19 - 2º Semestre/2008. p. 141-173. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Tspi-glbSmIJ:www.scribd.com/doc/16859703/EDUCACAO-NAOFORMAL-PROF-DR-PAULO-GOMES-LIMA+educa%C3%A7%C3%A3o+fisica+adaptada+em+contextos+n%C3%A3o+formais&cd=7&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 28 de dez. 2010

LOSS, S. N; **Atividade física:** mais bem-estar ao deficiente mental adulto. Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 141 - Febrero de 2010. Disponível em: < http://www.efdeportes.com/efd141/mais-bem-estar-ao-deficiente-mental-adulto.htm> Acessado em: 15 de set . 2010

MACIEL, M. R. C; **Portadores de deficiência**: a questão da inclusão social. São Paulo, SP. Perspectiva, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000. Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200008&script=sci_arttext> Acesso em: 23 de out. 2010

MACIEL, P. A; MIGUEL, J; VENDITTI, Jr. R; **Reflexões a respeito da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em aulas de Educação Física Escolar:** concepções e formação profissional. Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 131 - Abril de 2009.
Disponível em: < http://www.efdeportes.com/efd131/pessoas-com-necessidades-educacionais-especiais-educacao-fisica.htm> Acessado em: 10 de out. 2010

MACHADO, M. H; **Como a pessoa com deficiência deve ser chamada?2010.** Disponível em:<http://estardeficiente.blogspot.com/2010/01/como-pessoa-com-deficiencia-deve-ser.html> Acesso em: 20 de dez. 2010

MANTOAN, M. T. E; **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças.** Nova Escola On-line, 2008. Disponível em: <http://www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-leituras/WEBENTREVISTAS/inclusao%20e%20o%20privilegio%20de....pdf> Acesso em: 19 de set. 2010

MARQUES, K. G; SILVA, R.V. da; SILVA, R. de F. da; **Atividades inclusivas na Educação Física escolar.** Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - N° 119 - Abril de 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd119/atividades-inclusivas-na-educacao-fisica-escolar.htm> Acesso em: 10 de out. 2010

MELERO, M. L; **A Educação Física e as Pessoas com Deficiência:** outro modo de culturização para a melhora da qualidade de vida. 2007. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/educafisica.php> Acesso em: 25 de out. 2010

MERIDA, M. et al; **A formação do professor de educação física na atuação profissional inclusiva.** Barueri, SP**.** Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. Volume 6, número 3, 2007.
Disponível em:
<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/remef/article/viewFile/1225/939> Acesso em: 29 de set. 2010

MEURER, S. T; CASTRO, M. R. T de; **A inserção de pessoas com deficiência física nas academias da cidade de Santa Maria.** Revista Digital - Buenos Aires - Ano 13 - N° 122 – 2008. Disponível em:
<http://www.efdeportes.com/efd122/a-insercao-de-pessoas-com-deficiencia-fisica-nas-academias.htm> Acesso em: 08 de out. 2010

MINAYO, M.C. de Souza. (Org..); **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NASCIMENTO , G. B ; MONDEJAR, J .C. R; **A família e o processo da inclusão:**conceituações a respeito das relações entre a inclusão e a família. Disponível em: <http://knol.google.com/k/a-fam%C3%ADlia-e-o-processo-da-inclus%C3%A3o#> Acesso em: 22 de dez. 2010

NEVES, M. M.B da Justa ; SILVEIRA, F.F; **Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla:**Concepções de Pais e Professores. Brasília, DF. Psicologia: Teoria. e PesquisaJan-Abr 2006, Vol. 22 n. 1, pp. 079-088. Disponível em:
< http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29847.pdf> Acesso em: 25 de set. 2010

OLIVEIRA, F. F de; **Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar.** Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - N° 51 - Agosto de 2002. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd51/educa1.htm> Acesso em: 26 de set. 2010

PALLA, C. Ana; CASTRO, E. M de; **Atitude de professores e estudantes de Educação Física em relação ao ensino de alunos com deficiência em ambiente inclusivo.** Rio Claro, SP. Revista da Sobama Dezembro 2004,Vol.9,n.1,pp.25-34.
Disponível: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inicio.htm> Acesso em: 05 de out. 2010

PALMA, L. E; MEURER, S. T; **Corpos deficientes:** concepções e possibilidades na Educação Física. Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - N° 106 - Marzo de 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd106/corpos-deficientes-concepcoes-e-possibilidades-na-educacao-fisica.htm> Acesso em: 10 de nov. 2010

PALMA, L. E et. al; **Acessibilidade e academias de ginástica:** a participação das pessoas com deficiência. Revista Digital - Buenos Aires - Año 15 - N° 152 - Enero de 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd152/acessibilidade-e-academias-de-ginastica.htm> Acesso em: 10 de jan. 2011.

PEDRINELLI, V. J; Possibilidades na diferença: o processo de “inclusão” de todos nós. Brasília, DF. **Integração**, v. 14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada, p. 31-34, 2002.

PORTES, R. M. de L; **Políticas públicas para a inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais, e concepções antecedentes a esse processo.** Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BC25.pdf> Acesso em: 10 de dez. 2010

REID, Greg; **Preparação Profissional em Atividade Física Adaptada:** Perspectivas Norte Americanas. In: III Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada, 1999, Recife. Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, v.5,n.1,p.1-4,2000. Disponível:<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inicio.htm>
Acesso em: 05 de out. 2010

ROSADAS, S. de C; **Educação Física Especial para Deficientes**. 3 ed. Rio de Janeiro, Atheneu, 1991. 214p

SANCHES, Jr. M. L; **Uma leitura da questão da deficiência e da inclusão no ensino municipal de Hortolândia:** olhares e ações da docência de Educação Física e de seus pares.2009. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2009.
Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=000467921> Acesso em: 26 de set. 2010

SILVA, L. D’. A da; **Acessibilidade de pessoas com deficiência:** o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. Ciência em Movimento. Ano XII,Nº23,2010.Disponível:
<http://www.metodistadosul.edu.br/ciencia_movimento/conteudo_edicao.php?cod=114182&data=2010-08-25> Acesso em: 26 de nov. 2010

SILVA, M. S; MONTEIRO, J. A; **A importância da atividade física para os deficientes físicos.** Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 148, Septiembre de 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd148/atividade-fisica-para-os-deficientes-fisicos.htm> Acesso em: 03 de out. 2010

SILVA, T. da; **Inclusão e exclusão de deficientes na sociedade.** 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/8301/1/Inclusao-E-Exclusao-De-Deficientes-Na-Sociedade/pagina1.html > Acesso em: 17 de dez. 2010

SOLER, R; **Educação física inclusiva na escola em busca de uma escola plural.** 1ed. Rio de Janeiro,Sprint, 2005. 254 p.

SOLER, R; **Brincando e Aprendendo na Educação Física Especial.** 2ª Ed. Rio de Janeiro, Sprint, 2006. 177p.

STAINBACK, S; STAINBACK, W; **Inclusão:** um guia para educadores. 1ª Ed.Porto Alegre: Artmed, 1999. 456 p.

TAVARES, J. E. B; KRUG, H. N; **Formação do profissional em educação física:** um olhar para o processo de inclusão e inserção social. Rio Grande do Sul, RS. Revista educação especial – 2004. Edição 2003, nº 21.

Disponível em: < http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2003/01/a4.htm>Acesso em: 23 de out. 2010

TAVARES, M; **Importância da Educação Física Adaptada para o desenvolvimento global do educando com Deficiência Mental.** 2010. Disponível em: < http://www.artigos.com/artigos/saude/educacao-fisica/%93importancia-da--educacao-fisica-adaptada-para-o-desenvolvimento-global-do-educando-com-deficiencia-mental%94.-9706/artigo/> Acesso em: 10 de dez. 2010

TEIXEIRA, M. C. A; **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil.** 132 f.Dissertação (mestrado) - Fundação Getúlio Vargas
de São Paulo, Escola de Administração de Empresas, São Paulo, 2010. Disponível: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4778/61080100037.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 de dez. 2010

TURATO, E. R; **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde:** definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa. Campinas, SP. Revista de Saúde Pública, 2005.39 (3), 507 – 14. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf> Acesso em: 07 de jan. de 2011

VENDITTI, Jr. R; **Análise da auto-eficácia docente de professores de Educação Física** .
167 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física,Campinas, 2005.
Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000365916>
Acesso em: 16 de set. 2010

VIDES, Jr; **Acessibilidade nas academias:** sua academia está preparada para recebê–los? Fitness business, 2009.
Disponível:
http://www.listasconfef.org.br/arquivos/noticias/portadores%20de%20deficiencia.pdf>
Acesso em: 05 de out. 2010

WINNICK, J. P; **Educação Física e Esporte Adaptado** . 3ª ed. tradução de Fernando Augusto Lopes. São Paulo: Manole, 2004, 552P.

ZANELLA, L; **A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência.** Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 139 - Diciembre de 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd139/aulas-inclusivas-de-educacao-fisica.htm> Acesso em: 27 de set. 2010

ZUCHETTO, Â. T; CASTRO, R. L. V .G de; **As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos.** Santa Maria, RS. Revista Kinesis, N° 26, p. 52-69, 2002. Disponível em: < http://boletimef.org/biblioteca/2321/Atividades-fisicas-para-a-qualidade-de-vida-dos-deficientes-fisicos> Acesso em: 26 de set. 2010.

7. ANEXOS

7.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO FORMAL PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: CONCEPÇÕES, EXPECTATIVAS E REALIDADE

Pesquisadora responsável: Prof. Maloá de Fátima Francisco

Orientador: Prof. Dr. Rubens Venditti Junior/ Cecaes – Centro de Ciência Aplicada à Educação e Saúde – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Muzambinho

Identificação do participante

Nome: _____ e – mail: _____

Data de nascimento: __/__/_____ Fone: (__)_____ __-_____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Eu, _____

R.G_____,voluntariamente concordo em participar do projeto de pesquisa mencionado, cujo objetivo principal é comparar os depoimentos dos profissionais de educação física, administração pública, das pessoas com necessidades educativas especiais e familiares sobre concepções e expectativas da educação física não - formal para pessoas com necessidades educativas especiais com a realidade existente. Primeiramente serei esclarecido das condições da pesquisa, em seguida aplicar – se – á um questionário através de entrevista para que assim se obtenham os depoimentos. Os dados obtidos neste questionário serão plotados em um banco de dados. Estou ciente de que todos os procedimentos realizados não serão invasivos e não haverá riscos ou prejuízos previsíveis a minha saúde. Também me foi esclarecido que não terei qualquer tipo de despesa ou ônus para que esse procedimento seja realizado, e que as informações obtidas a meu respeito durante o estudo, serão mantidas em total sigilo, não podendo ser consultadas sem a minha devida autorização. Essas informações, no entanto, poderão ser usadas para fins de pesquisa científica, desde que minha privacidade seja resguardada.

Declaro que li e entendi este documento, concordando com as condições explanadas acima. Quaisquer dúvidas sobre os procedimentos desta pesquisa, ou sobre a finalidade da mesma, serão prontamente esclarecidas, inclusive podendo ver os documentos com os resultados, se assim eu achar necessário. Também estou ciente de que terei uma cópia deste documento e que poderei deixar de fazer parte do estudo a qualquer momento, mesmo que já tenha iniciado e participado de alguma etapa. Esta minha decisão, apesar de poder prejudicar a pesquisa, entretanto, não resultará em prejuízo a minha pessoa. Sem mais, firmo o presente documento.

_____ , _____ de _____ de 2010

_____ Voluntário (a)

_____ Maloá de Fátima Francisco (Pesquisadora responsável)

Pesquisadora responsável: Prof. Maloá de F. Francisco

Fone: (35)99921174/ E – mail: efmaloa@yahoo.com.br

7.2 QUESTIONÁRIO PARA OS FAMILIARES

1 – Qual a causa da necessidade especial do seu filho (a)?

2 – Como foi a aceitação de que seu filho (a) seria uma pessoa com necessidade educativa especial?

3 – Qual o seu conceito sobre educação física para seu filho fora da escola?

4 - O seu filho (a) frequenta academia, clube, parque, treinamento esportivo?

5 – Se ele (a) freqüenta, qual o motivo? Se não freqüenta, qual o motivo?

6 - Qual a sua opinião sobre seu filho (a) praticar atividade física ou alguma prática corporal e esportiva fora da escola?

7- Você motiva seu filho (a) a praticar atividade física fora da escola?

8 – Você acredita que a freqüência dele (a) a estes lugares seria bom ou ruim?

9 - Qual a sua opinião sobre a inclusão de seu filho (a) em academias, clubes, treinamentos esportivos?

10 - Você sente a necessidade da existência de lugares para a prática de atividade física para seu filho (a)?

11– Quais atividades físicas você gostaria que ele praticasse?

12 – O que você espera que seja criado para que seu filho (a) tenha acesso a educação física fora da escola?

7.3 QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1 – Qual a sua concepção de educação física não formal para pessoas com necessidades educativas especiais?

2 - Há pessoas com necessidades educativas especiais nesta instituição? Se há, quantas são e quais os tipos de necessidades que elas possuem?

3 – Na sua opinião qual a importância da educação física não formal para as pessoas com necessidades educativas especiais?

4 - Este estabelecimento está preparado fisicamente e profissionalmente para receber estas pessoas?

5 – Na sua opinião por quê existem tão poucos profissionais que se especializam em educação física adaptada?

6 – Na sua opinião por quê são poucas as pessoas com necessidades educativas especiais que frequentam a educação física não formal?

7 – Você tem interesse em atender esta população?

8 – O que você tem feito para melhor atende – los?

9 – Quais são as suas perspectivas em relação ao acesso de pessoas com necessidades educativas especiais na educação física não formal?

10 – Houve algum episódio de uma pessoa com necessidade educativa especial em querer praticar atividade física nesta instituição e não conseguiu? Relate, se possível e se houver

7.4 QUESTIONÁRIO PARA GESTÃO PÚBLICA

1 - Qual a sua concepção de educação física não formal para pessoas com necessidades educativas especiais?

2 – Qual a sua opinião sobre o acesso das pessoas com necessidades educativas especiais nos clubes, academias e treinamentos esportivos?

3 – A Administração Pública tem pensado em projetos para está população?

4 - O que a administração pública tem oferecido dentro da área educação física, saúde e esportes para melhorar a qualidade de vida destas pessoas?

5 – Alguma vez já foi apresentado algum projeto para a criação de programas de educação física para estas pessoas?Quais? Quando?

6 – Na sua opinião é importante ter programas de educação física para estas pessoas?

7- Por que não são oferecidas? Justificativas e argumentações

8 – O que a administração pública pode mudar para oferecer dentro da educação física uma melhora na qualidade de vida destas pessoas?

9 - Quais os pontos positivos e negativos para a criação de programas de educação física para as pessoas com necessidades educativas especiais?

10 – Quais as perspectivas atuais da administração pública para melhorar a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais dentro da educação física?

7.5 QUESTIONÁRIO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1 – Qual a origem da sua necessidade especial?

2 – Quando você estudou na escola regular você fazia educação física?

3 – O que você acha que é educação física fora da escola ?

4 - Você pratica atividade física? Qual?Quantas vezes por semana? Há quanto tempo?

5 - Se sim, por quê pratica? Se não, por quê não pratica?

6 – Já praticou alguma vez? Qual? Quanto tempo?Se não, porque nunca praticou?

7- Você gostaria de praticar atividade física? Qual? Por que?

8 – O que você gostaria que fosse feito para que você praticasse atividade física ?